MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA | 2017

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Évora, 2018

CCDR ALENTEJO

REPÚBLICA PORTUGUESA
PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

Responsabilidade pela Execução Técnica:

Carlos Rui de Lemos Neves Branco

- Divisão de Finanças Locais e Modernização
  - Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

ÍNDICE

Índice	4
Parte I - Análise regional	5
I - 1 - Receitas arrecadadas	5
I - 2 - Impostos directos	7
I - 3 - Outras receitas	9
I - 4 - Compromissos (despesa) e capacidade para pagar	7
I - 5 - Despesa paga	13
I - 6 - Despesa com pessoal	15
I - 7 - Aquisição de bens e serviços	17
I - 8 - Serviço da dívida bancária	18
I - 9 - Aquisição de bens de capital	19
I - 10 - Saldos	21
I - 11 - Endividamento municipal	22
I - 12 - Factor gerador de dívida	24
I - 13 - Liquidez geral	25
I - 14 - Balanço	26
I - 15 - Demonstração de resultados	30
I - 16 - Indicadores de gestão (a nível regional)	31
Parte III - Resenha Conclusiva	36
Anexo I	38

Parte I - Análise Regional

Apresenta-se, como programado, para este exercício (2017), o relatório síntese sobre a caraterização e respetiva evolução das finanças municipais, para a região Alentejo (agregação dos 47 municípios alentejanos).

Os dados que enformam este estudo continuam a provir das prestações de contas das administrações municipais (sem consolidação) e caraterizam-se por, uma vertente contabilístico – financeira orçamental (numa ótica de caixa) e uma vertente patrimonial, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Em termos orçamentais, as operações contabilísticas estão abrigadas num classificador económico adaptado às autarquias locais, classificador este enquadrado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, o qual, em termos sintéticos, está descrito no Anexo I do presente Relatório.

I - 1 - Receitas arrecadadas

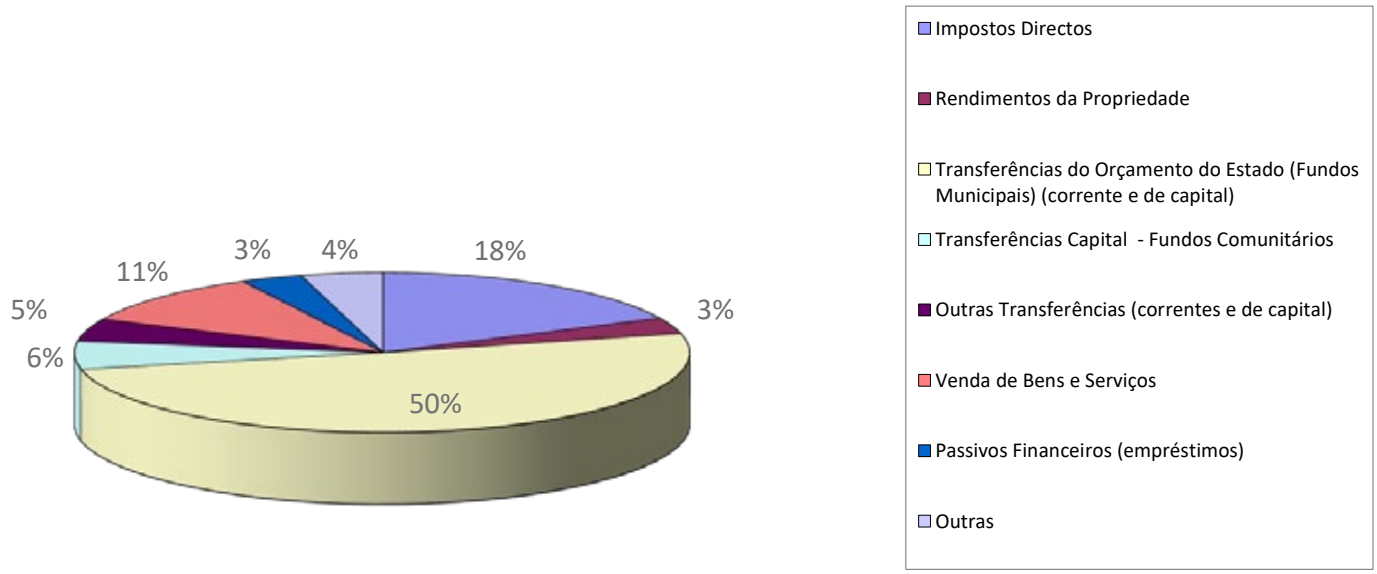
As receitas arrecadadas em 2017 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro nº 1 - Receitas Totais Municipais (recebimentos) - Exercício de 2017
Região Alentejo

	Montante (€)	%
Impostos Diretos	106.154.534,47	17,91
Impostos Indiretos	2.205.588,66	0,37
Taxas, Multas e Outras Penalidades	11.939.819,54	2,01
Rendimentos da Propriedade	19.496.771,45	3,29
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Fundos Municipais	269.892.066,87	45,54
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Outros	17.436.982,93	2,94
Transferências Correntes - Administração Pública Local	139.044,87	0,02
Transferências Correntes - Administração Pública - Outros Entes Públicos	3.726.882,95	0,63
Transferências Correntes - Fundos Comunitários	1.805.769,44	0,30
Transferências Correntes - Particular e outras	2.646.972,04	0,45
Venda de Bens e Serviços	63.172.616,04	10,66
Outras Receitas Correntes	4.481.493,35	0,76
Venda de Bens de Investimento	6.107.941,17	1,03
Transferências Capital - Administração Pública Central - Fundos Municipais	28.922.892,00	4,88
Transferências Capital - Administração Pública Central - Outros	885.869,47	0,15
Transferências Capital - Administração Pública Local	137.513,62	0,02
Transferências Capital - Administração Pública Local	137.513,62	0,02
Transferências Capital - Fundos Comunitários	33.312.234,41	5,62
Transferências Capital - Particular e outras	304.583,13	0,05
Ativos Financeiros	66.096,37	0,01
Passivos Financeiros	19.095.708,42	3,22
Outras Receitas de Capital	224.855,34	0,04
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	403.265,07	0,07
Total das Receitas	592.697.015,23	100,00
	118.825.083.007 Esc.	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 1 - Composição das Receitas Arrecadadas em 2017



Da análise à composição interna, referente a 2017, das receitas arrecadadas na Região (quadro nº 1 e gráfico nº 1), podemos retirar as seguintes conclusões:

- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e de capital), atingiu os 298,8 milhões de euros, 50,42 % do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim a contínua dependência do perfil definido pela lei de finanças locais;
- Em segundo lugar continua a vir os Impostos Diretos, com um recebimento de 106,2 milhões de euros (17,91 % do total);
- Em terceiro lugar vem a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 63,2 milhões de euros (10,66 % do total);
- Na quarta posição, no elenco das principais receitas de 2017, vem as Transferências provenientes dos Fundos Comunitários (corrente e de capital com uma participação de 35,1 milhões de euros (5,92 % do total).

Quadro nº 2 - Capacidade de Cobrança

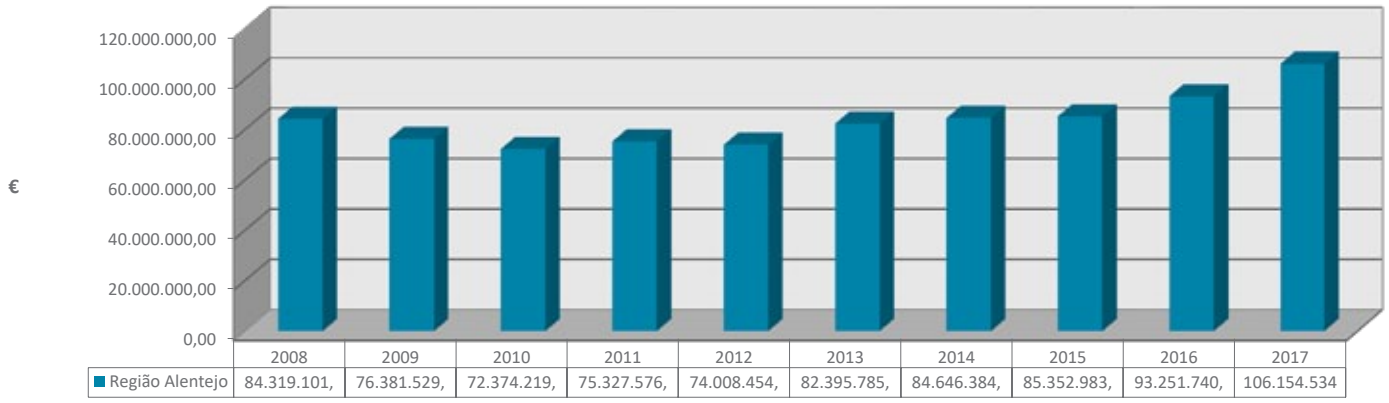
	Receita por Cobrar no Início do Ano (€) (1)	Receita Liquidada Total no Exercício (€) (2)	Receita Cobrada Líquida Total no Exercício (€) (3)	Capacidade de Cobrança (%) (4=3/(1+2))
2011	31.545.564,67	621.292.953,26	598.436.509,41	91,67
2012	45.047.710,92	594.489.851,21	587.549.456,41	91,87
Var%	42,80	-4,31	-1,82	
2013	44.766.377,64	624.469.684,40	608.294.313,94	90,89
Var%	-0,62	5,04	3,53	
2014	47.711.319,88	558.872.371,65	544.562.794,43	89,78
Var%	6,58	-10,50	-10,48	
2015	50.009.944,47	572.369.064,61	560.836.083,12	90,11
Var%	4,82	2,41	2,99	
2016	48.295.900,24	623.275.057,68	605.076.590,76	90,10
Var%	-3,43	8,89	7,89	
2017	47.427.059,55	692.877.461,91	590.823.241,16	79,81
Var%	-1,80	11,17	-2,36	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 2 apresenta-nos a capacidade das administrações municiais alentejanas, ao nível da sua tesouraria, em cobrarem os seus direitos a receber. A relação entre, por um lado, a receita cobrada líquida e, por outro, a receita por cobrar no ano anterior mais a liquidada no exercício, titulada como capacidade de cobrança, apresenta para os anos 2011 a 2017 uma variação de tendência negativa, apresentando uma melhoria em 2015 e 2016, no entanto em 2017 regista-se uma forte diminuição dessa capacidade apresentando, nesse ano, uma taxa de 79,81 %. Em termos parcelares constata-se, entre 2015 e 2017 uma diminuição no stock da receita por cobrar no início do ano, no montante de 2,6 milhões de euros, registando um crescimento da receita liquidada de 21,05 % e um aumento do montante cobrado líquido, da ordem dos 5,35 %.

I - 2 - Impostos diretos

Gráfico nº 2 - Impostos Diretos



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	84.319.101,	76.381.529,	72.374.219,	75.327.576,	74.008.454,	82.395.785,	84.646.384,	85.352.983,	93.251.740,	106.154.534

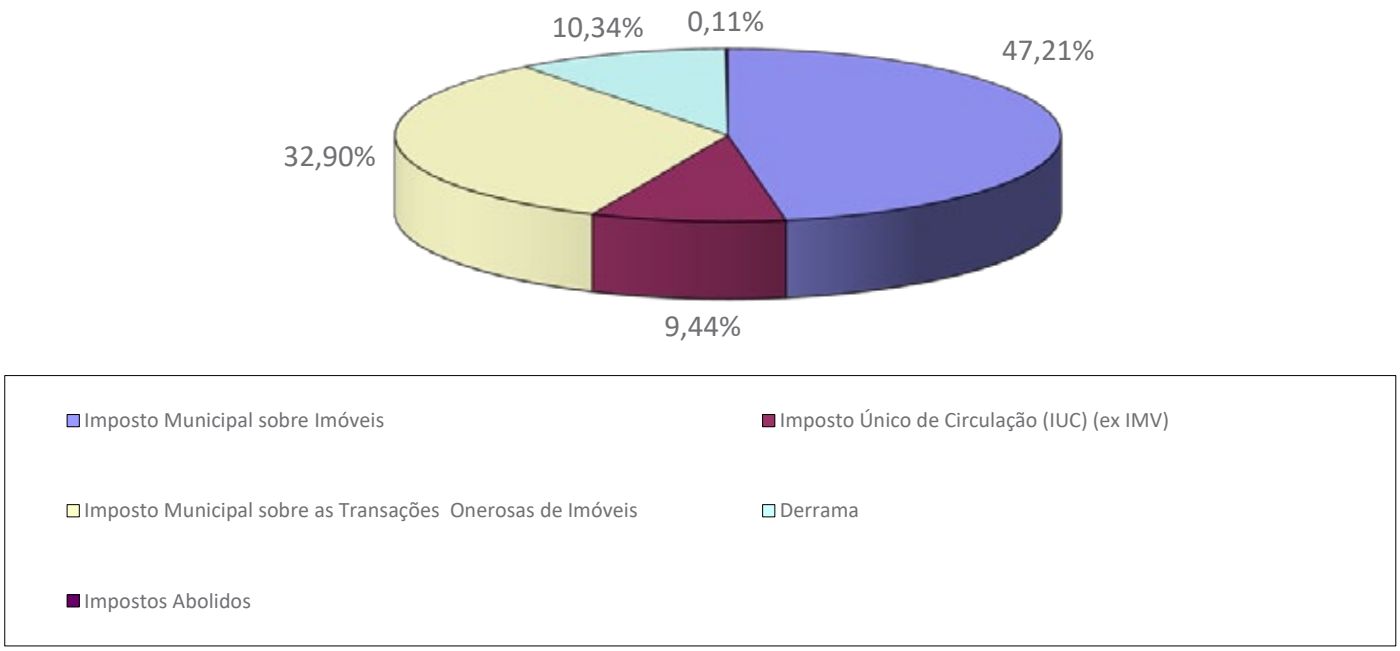
O gráfico nº 2 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2008 a 2017. Este período apresenta-nos uma fase de decréscimo fiscal contínuo (de 2008 a 2010). Nos três exercícios de 2011 a 2013 apresenta-se uma fase de inconstância, com um crescimento em 2011, uma perda em 2012 e, por último, uma recuperação significativa para 2013. De 2013 para 2014 registou-se um crescimento de 2,2 milhões de euros (2,73 %), crescendo em 2015 com 0,83 % e acréscimos notórios em 2016 calculado em 7,9 milhões de euros (9,25 %) e 12,9 milhões de euros em 2017 (13,84 %), tornando este último ano no de maior arrecadação no período.

Quadro nº 3 - Impostos Diretos Municipais (recebimentos) 2017
Região Alentejo

	2017		
	(€)	%	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	50.113.053,52	47,21	8,46
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	10.022.937,44	9,44	1,69
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	34.921.484,60	32,90	5,89
Derrama	10.976.194,32	10,34	1,85
Impostos Abolidos	120.864,59	0,11	0,02
Total Impostos Diretos	106.154.534,47	100,00	17,91
Total das Receitas	592.681.072,95	558,32	100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2017
DSAJAL / DFLM

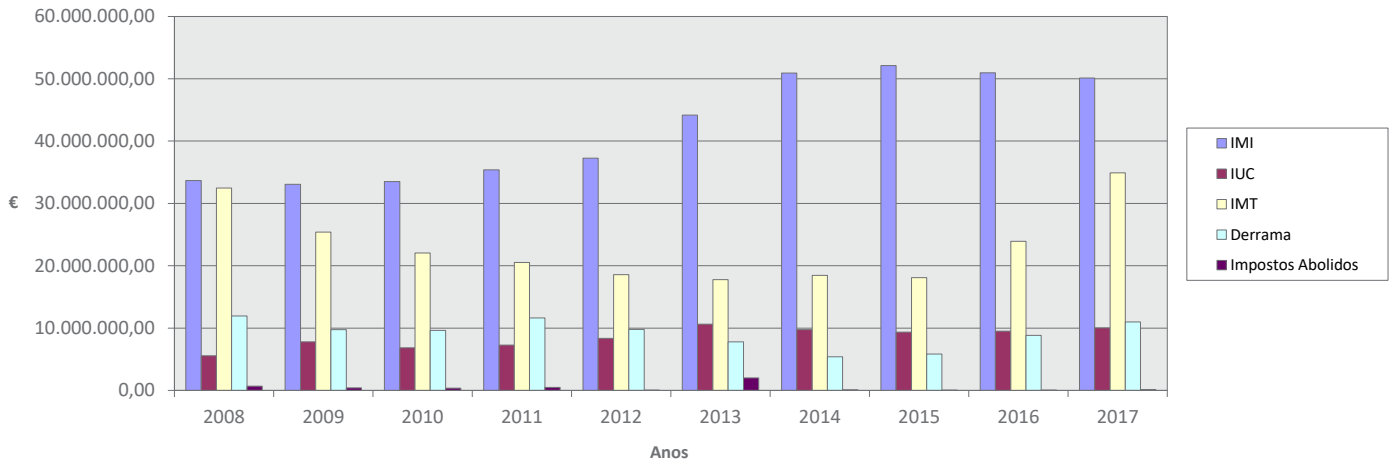
Gráfico nº 3 - Composição dos Impostos Diretos (2017)



Da análise conjugada do quadro nº 3 e gráfico nº 3, refira-se que em 2017 foram arrecadados 106,1 milhões de euros de impostos diretos (17,91 % do total). Em termos de composição interna, em 2017, o imposto com maior arrecadação continuou a ser o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 50,1 milhões de euros (47,21 % do total dos impostos diretos), em segundo lugar continuou a registar o imposto municipal sobre transacções (IMT) com uma arrecadação de 34,9 milhões de euros (32,90 % do total destes impostos), seguido da Derrama, com 10,9 milhões de euros (10,34 %). Por fim, vem o IUC, com 10,0 milhões de euros (9,44 % de participação).

O gráfico nº 4 representa a evolução temporal da desagregação dos impostos diretos. Regista-se um decréscimo do IMI de 2015 a 2017 calculado em 3,84 %, bem como significativos crescimentos de 2015 para 2017 do IMT em 93,89 % e, da Derrama com um acréscimo de 87,93 %.

Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

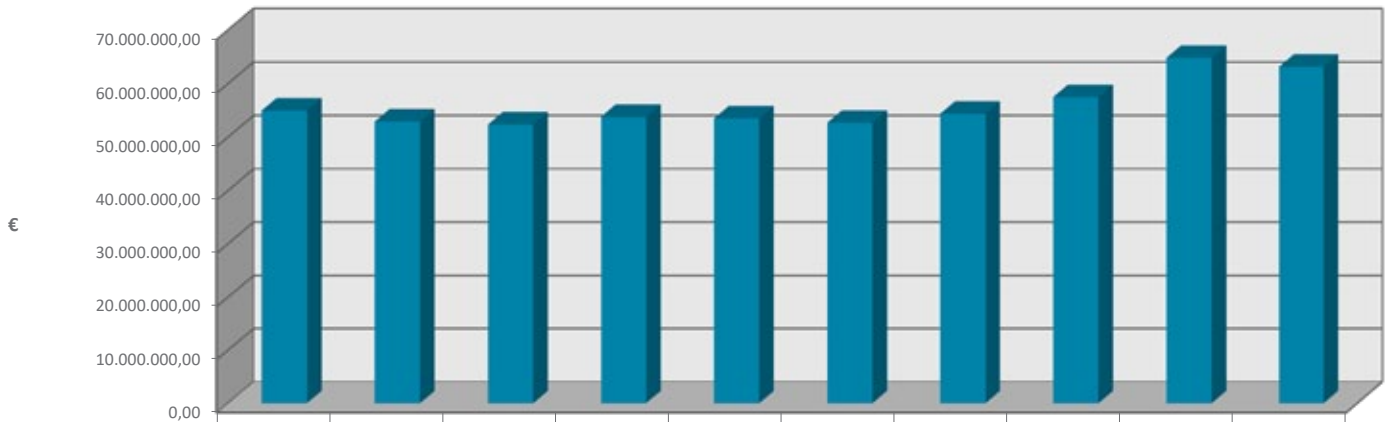


I - 3 - Outras receitas

Venda de bens e serviços

A receita da venda de bens e serviços (gráfico nº 5) tem-se mostrado irregular no decurso do período de análise, registando-se um decréscimo de 2008 a 2010, contrapondo-se um ligeiro acréscimo de 2010 para 2011. De 2011 para 2013 tem-se vindo a registar uma diminuição consecutiva, contrariada por uma subida em 2014 da ordem dos 1,7 milhões de € (3,23 %). Esta tendência de subida foi reforçada em 2015 com uma subida na respetiva cobrança de 3,12 milhões de euros (5,74 %), em 2016 com um acréscimo de 7,3 milhões de euros 12,65 % e uma descida em 2017 de 1,7 milhões de euros (-2,62 %).

Gráfico nº 5 - Venda de Bens e Serviços

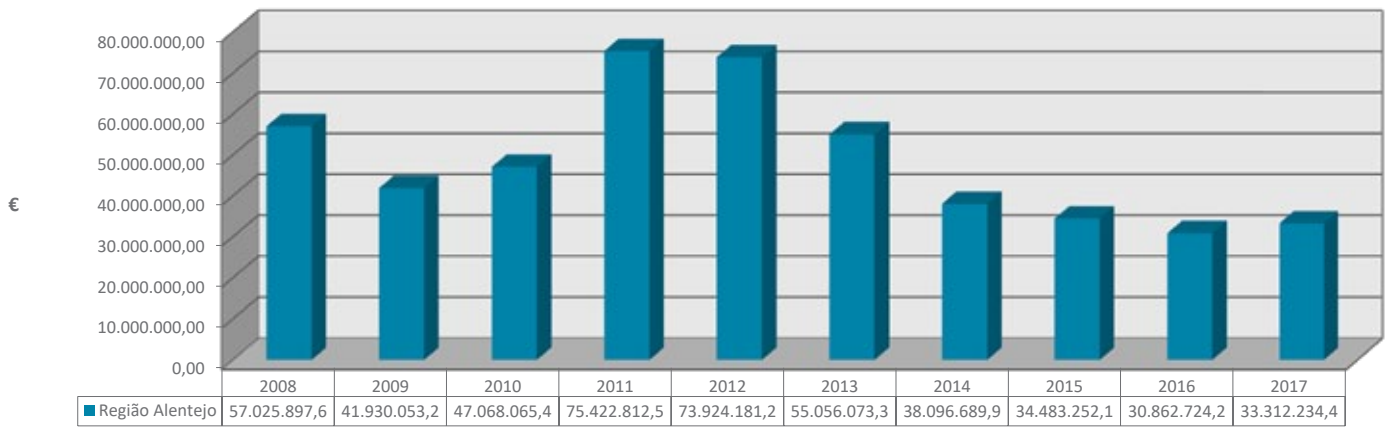


	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	54.984.670,5	52.941.826,2	52.375.588,7	53.808.557,5	53.518.030,0	52.699.155,8	54.399.459,7	57.522.092,1	64.831.428,9	63.172.616,0

Fundos comunitários (capital)

Este tipo de recebimento (gráfico nº 6) continua a ter, no geral, uma evolução irregular e cíclica no período de 2008/2017, embora apresente uma regularidade de decréscimo de 2011 a 2016. De 2009 para 2011 esta receita tem vindo a registar uma evolução de crescimento, em especial, de 2010 para 2011, com um acréscimo de 28,4 milhões de euros (60,24 %), constituindo-se este ano de 2011 no exercício com o montante mais elevado no presente cronograma. De 2011 para 2016 este tipo de proveito vem registando decréscimos consecutivos significativos, muito em especial de 2012 para 2013 com uma quebra acentuada de receita de -25,52 %, calculada em 18,9 milhões de euros e em 2014 com uma diminuição de arrecadação de 16,9 milhões de euros (-30,80 %). O exercício de 2015 apresentou um decréscimo na ordem dos 3,61 milhões de euros (-9,48 %), voltando a registar-se um decréscimo em 2016 de 3,6 milhões de euros (-10,50 %), porém em 2017 registou-se um acréscimo de 2,4 milhões de euros 7,77 %.

Gráfico nº 6 - Fundos Comunitários (de capital)



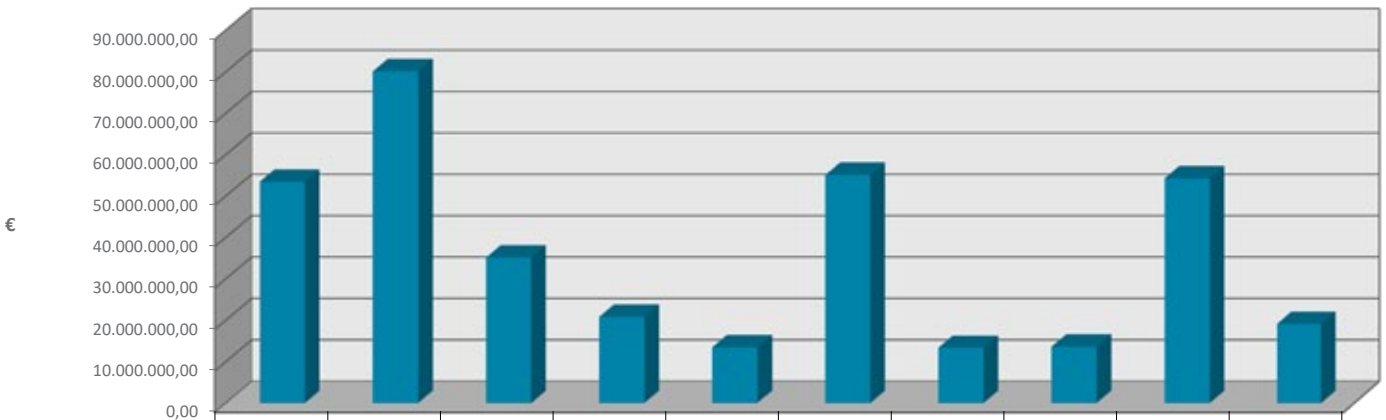
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	57.025.897,6	41.930.053,2	47.068.065,4	75.422.812,5	73.924.181,2	55.056.073,3	38.096.689,9	34.483.252,1	30.862.724,2	33.312.234,4

Passivos financeiros (empréstimos)

Analisando o quadro e gráficos seguintes é possível salientar as seguintes observações:

- Antes demais, refira-se que este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:
  - Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objeto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
  - Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.
- Em termos de recebimento global, vide gráfico nº 7, a contração de empréstimos registou, no período de 2008 a 2017 de vários ciclos evolutivos:
  - Um, de 2008 a 2009, de acréscimo firme (ano de maior contração de empréstimos em todo o período) com uma arrecadação recorde de 80 milhões de euros;
  - Outro período, de 2009 a 2012, de contínuo decréscimo de receita, com maior expressão de 2009 a 2010, com uma descida de 56,21 %;
  - Refira-se que, a receita creditícia teve um recuo de 2009 a 2012 da ordem dos 66,6 milhões de euros, (- 83,19 %), resultante de uma menor oferta de crédito e das normas legais mais apertadas no controlo ao endividamento bancário;
  - Em 2013, até ao presente inicia-se um ciclo de certa indefinição, registando nesse ano um crescimento brutal deste tipo de receita, na ordem dos 308,92 %, acréscimo este de 41,6 milhões de euros;
  - Em 2014 volta a registar-se um forte decréscimo de 41,7 milhões de euros (-75,77 %);
  - O exercício de 2015 apresenta-se estacionário em relação ao ano anterior, com uma ligeiríssima subida de 257,7 milhares de euros (1,93 %);
  - O ano de 2016 apresenta um fortíssimo crescimento deste tipo de receita, com um acréscimo calculado em 40,6 milhões de euros (298,95 %);
  - Em 2017 volta a registar-se um decréscimo de 35,2 milhões de euros (-64,94 %).

Gráfico nº 7 - Passivos Financeiros (empréstimos)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	53.421.613,3	80.089.963,3	35.069.011,6	20.761.859,7	13.463.749,2	55.056.125,3	13.337.805,8	13.595.490,2	54.239.332,5	19.095.708,4

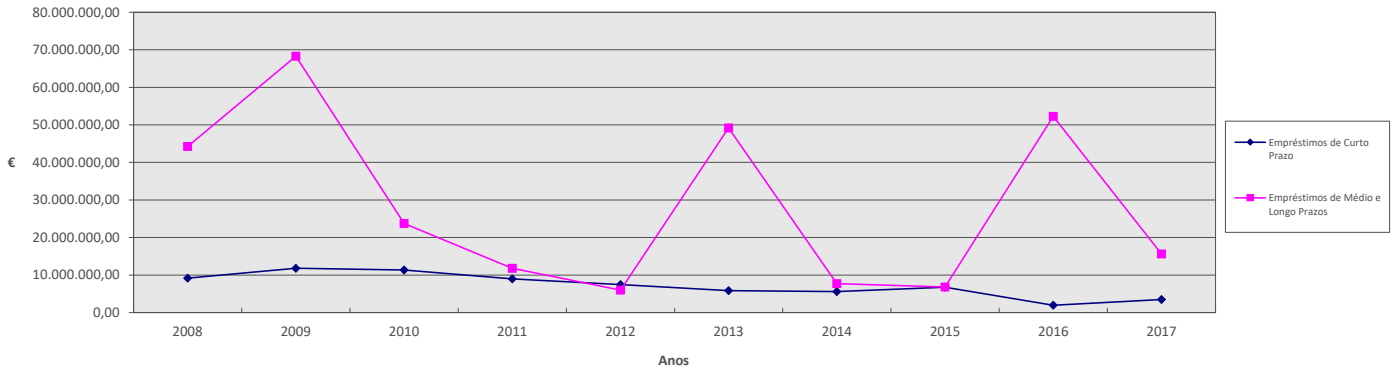
- No quadro nº 4 e gráfico nº 8 observa-se que o crédito a curto prazo teve de 2015 para 2016 um forte decréscimo, na ordem dos 71,18 %, passando de 6,7 milhões de euros de arrecadação para 1,9 milhões. Em 2017 este tipo de crédito volta a crescer, passando de 1,9 milhões de euros para 3,4 milhões, ou seja, 77,31 %. No que se refere ao crédito de médio e longo prazo regista-se situação contrária, passando dos 6,8 milhões de euros em 2015 para os 52,3 milhões de euros em 2016, apresentando assim um crescimento de 665,64 % e descendo em 2017 para os 15,6 milhões de euros, um decréscimo de 70,09 %. No geral, a arrecadação de crédito global cresceu significativamente entre 2015 e 2016,, passando dos 13,6 milhões de euros em 2015 para os 54,2 milhões em 2016, provocando um impacto visível na estrutura regional da receita, descendo significativamente em 2017 para os 19,0 milhões de euros, uma descida de 64,79 %.

Quadro nº 4 - Receita Desagregada proveniente dos Passivos Financeiros (empréstimos)
Região Alentejo

		Empréstimos de Curto Prazo	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	Total dos Passivos Financeiros (Empréstimos)
2008	€	9.157.931,74	44.263.681,59	53.421.613,33
2009	€	11.808.472,89	68.281.490,42	80.089.963,31
Var %		28,94	54,26	49,92
2010	€	11.324.000,00	23.745.011,30	35.069.011,30
Var %		-4,10	-65,22	-56,21
2011	€	8.988.750,34	11.773.109,38	20.761.859,72
Var %		-20,62	-50,42	-40,80
2012	€	7.478.530,00	5.985.219,24	13.463.749,24
Var %		-16,80	-49,16	-35,15
2013	€	5.846.530,00	49.209.595,36	55.056.125,36
Var %		-21,82	722,19	308,92
2014	€	5.611.000,00	7.726.805,85	13.337.805,85
Var %		-4,03	-84,30	-75,77
2015	€	6.766.000,00	6.829.490,23	13.595.490,23
Var %		20,58	-11,61	1,93
2016	€	1.950.000,00	52.289.332,58	54.239.332,58
Var %		-71,18	665,64	298,95
2017	€	3.457.545,00	15.638.163,42	19.095.708,42
Var %		77,31	-70,09	-64,79

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 8 - Evolução dos Empréstimos Contraídos



I - 4 - Compromissos (despesa) e Capacidade para Pagar

Quadro nº 5 - Composição dos Compromissos

	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) para Exercícios Futuros (€)	%	Total dos Compromissos (€)
2011	164.835.300,29	16,79	707.516.486,98	72,05	109.643.200,18	11,17	981.994.987,45
2012	191.455.167,59	20,47	568.060.947,41	60,72	175.989.316,23	18,81	935.505.431,23
Var%	16,15		-19,71		60,51		-4,73
2013	177.477.834,56	18,08	585.062.641,40	59,62	218.837.116,69	22,30	981.377.592,65
Var%	-7,30		2,99		24,35		4,90
2014	132.811.931,85	13,53	530.156.246,05	54,02	252.404.306,70	25,72	915.372.484,60
Var%	-25,17		-9,38		15,34		-6,73
2015	110.426.225,10	11,25	537.505.806,42	54,77	276.309.739,24	28,16	924.241.770,76
Var%	-16,86		1,39		9,47		0,97
2016	91.422.469,92	9,32	571.597.244,20	58,24	343.804.712,25	35,03	1.006.824.426,37
Var%	-17,21		6,34		24,43		8,94
2017	82.293.373,97	8,39	596.889.548,52	60,82	379.261.030,96	38,65	1.058.443.953,45
Var%	-9,99		4,42		10,31		5,13

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 5 aborda os compromissos assumidos (despesa) na sua composição por natureza.

- No que se refere à evolução de 2011 para 2012, mostra-se que, os compromissos brutos por pagar do ano anterior tiveram um crescimento de 16,15 %, ou seja, mais 26,6 milhões de euros, enquanto que de 2012 para 2013 se registou uma diminuição de 7,30 %, ou seja, menos 13,9 milhões de euros, registando uma diminuição mais acentuada em 2014, com menos 25,17 %, continuando o decréscimo em 2015 com menos 22,4 milhões de euros (-16,86 %), 2016 continuou o decréscimo com menos 19 milhões de euros (-17,21 %) e, em 2017 registou-se uma quebra de 9,2 milhões de euros (-10,07 %);
- Os compromissos assumidos no exercício sofreram um decréscimo de 19,71 % em 2012 e, para 2013, registaram um ligeiro aumento de 2,99 %, calculado em 17 milhões de euros, caindo 9,38 % em 2014, apresentando crescimentos consecutivos entre 2015 e 2017 entre os 1,39 % e 6,34 %;
- Os compromissos para exercícios futuros sofreram crescimentos consecutivos em todo o período (2011 a 2017) mas apresentando taxas de crescimento variáveis sendo o ano mais significativo o de 2012 com 60,51 %. Entre os exercícios de 2011 e 2017, os compromissos para exercícios futuros cresceram 269,6 milhões de euros, com uma taxa de variação positiva de 245,99 %. Saliente-se, com alguma preocupação, a evolução positiva contínua do peso dos compromissos para exercícios futuros no total dos compromissos assumidos, passando de 11,17 % em 2011 para 36,65 % em 2017, sobrecarregando-se, desde já, os próximos exercícios financeiros.

No computo global dos compromissos assumidos, refira-se o aumento do montante entre os exercícios de 2016 e 2017, com mais 51,6 milhões de euros (5,13 %).

Quadro nº 6 - Capacidade para Pagar

	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€) (1)	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€) (2)	Total dos Compromissos para o Exercício (€) (3 = 1+2))	Despesa Paga (€) (4)	(4)/(3) %
2011	164.835.300,29	707.516.486,98	872.351.787,27	587.233.962,47	67,32
2012	191.455.167,59	568.060.947,41	759.516.115,00	582.025.412,69	76,63
Var%	16,15	-19,71	-12,93	-0,89	
2013	177.477.834,56	585.062.641,40	762.540.475,96	623.585.230,10	81,78
Var%	-7,30	2,99	0,40	7,14	
2014	132.811.931,85	530.156.246,05	662.968.177,90	548.963.794,05	82,80
Var%	-25,17	-9,38	-13,06	-11,97	
2015	110.426.225,10	537.505.806,42	647.932.031,52	554.509.551,80	85,58
Var%	-16,86	1,39	-2,27	1,01	
2016	91.422.469,92	571.597.244,20	663.019.714,12	579.627.506,71	87,42
Var%	-17,21	6,34	2,33	4,53	
2017	82.293.373,97	596.889.548,52	679.182.922,49	596.046.536,69	87,76
Var%	-9,99	4,42	2,44	2,83	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 6 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos brutos por pagar transitados e os compromissos assumidos no exercício, a esta relação titulou-se como capacidade para pagar. A evolução de 2011 para 2017 mostra-se positiva, com taxas de crescimento crescentes e contínuas, passando de uma taxa de 67,32 % em 2011 para 87,76 % em 2017. Contudo, era aconselhável que se aplique todos os esforços em alcançar taxas superiores, mostrando assim que as administrações municipais têm capacidade em conseguir honrar atempadamente os seus compromissos, pagando-os.

I - 5 - Despesa paga

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2017, a evolução da despesa total no período 2008/2016 e a relação entre a despesa paga em 2011/2017originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

Assim:

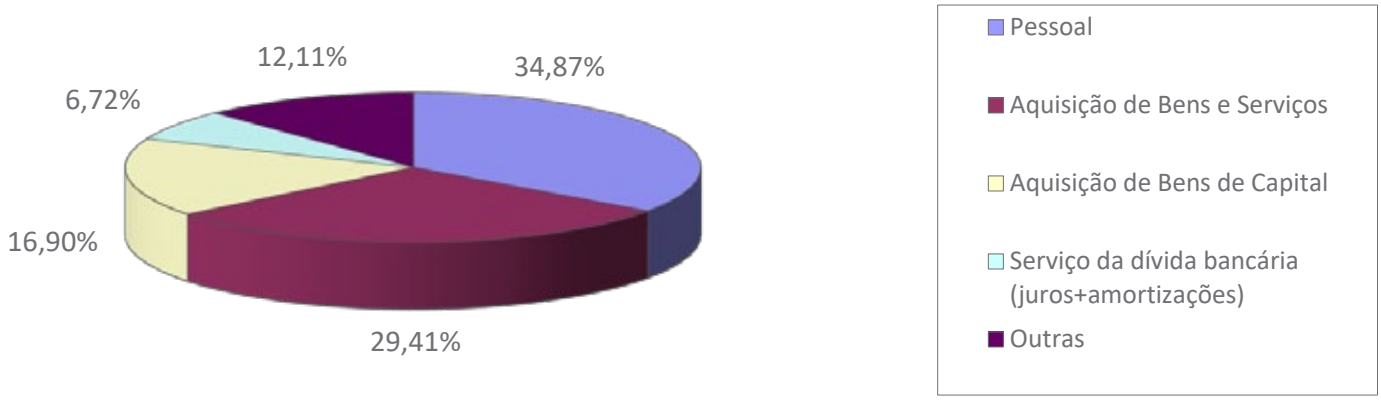
- No exercício de 2017, as maiores despesas foram relativas a:
  - Pessoal (207,8 milhões de euros) com 34,87 % de participação;
  - Aquisição de bens e serviços correntes (175,2 milhões de euros) 29,41 % de participação;
  - Aquisição de bens de capital (100,7 milhões de euros) com 16,90 %;
  - O serviço da dívida relativa ao crédito (juros + amortizações) com 40,0 milhões de euros (6,72%).

Quadro nº 7 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) - Exercício de 2017
Região Alentejo

	Montante (€)	%
Pessoal	207.840.669,99	34,87
Aquisição de Bens e Serviços	175.270.985,59	29,41
Transferências Correntes	43.988.143,22	7,38
Encargos Financeiros (Juros)	5.603.052,06	0,94
Subsídios	812.266,22	0,14
Outras Despesas Correntes	8.743.047,74	1,47
Aquisição de Bens de Capital	100.723.950,90	16,90
Transferências de Capital	12.692.678,33	2,13
Ativos Financeiros	3.865.124,05	0,65
Passivos Financeiros (Amortizações)	34.450.060,60	5,78
Outras Despesas de Capital	2.056.557,99	0,35
Total das Despesas	596.046.536,69	100,00
	119.496.601.769 Esc.	

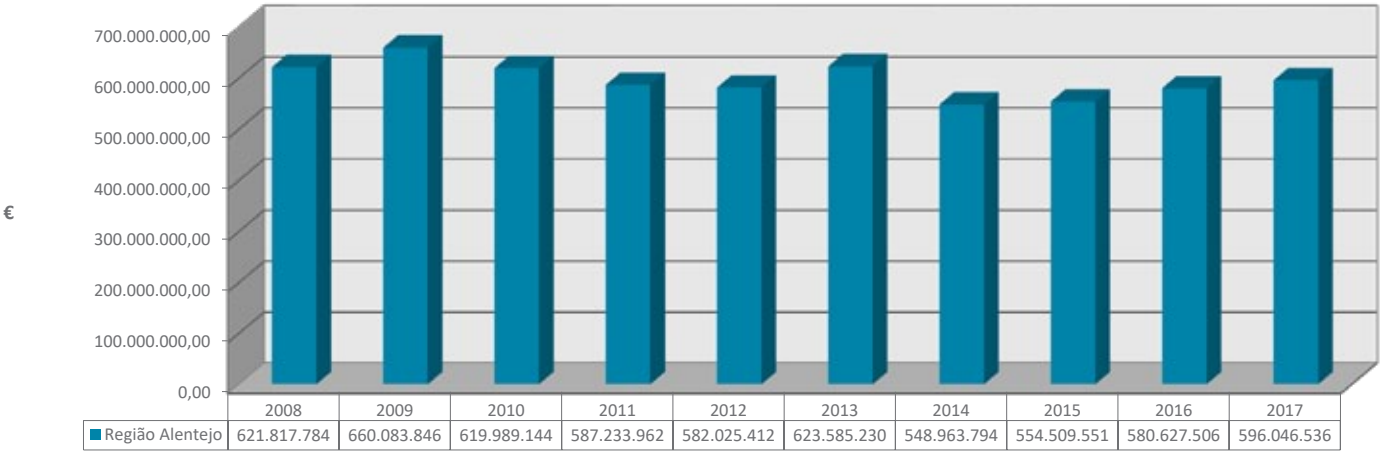
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 9 - Composição das Principais Despesas - 2017



No que toca à evolução temporal da despesa global, o gráfico 10 mostra-nos um decréscimo contínuo desde 2009, ano em que se atingiu o montante mais elevado de pagamentos totais, com o montante de 660 milhões de euros, até 2012. Contudo, de 2012 para 2013 a despesa global cresceu 7,14 %, no montante de 41,6 milhões de euros. Registe-se que entre 2009 e 2012 as administrações municipais alentejanas, no seu conjunto gastaram menos 78 milhões de euros. De 2013 para 2014 o total da despesa desceu 74,6 milhões de euros, ou seja, sofreu um decréscimo de 11,97 %. No entanto, de 2014 para 2017 o global da despesa subiu 47,10 milhões de euros (8,58 %).

Gráfico nº 10 - Despesa Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	621.817.784	660.083.846	619.989.144	587.233.962	582.025.412	623.585.230	548.963.794	554.509.551	580.627.506	596.046.536

Quadro nº 8 - Despesa Paga - por Exercício - Região Alentejo

	TOTAL (corrente+capital) (€) (a)	Despesa do Exercício Corrente (€) (b)	Despesa de Exercícios Anteriores (€) (c)	(c) / (a) %
2009 *	478.568.498,41	405.132.070,18	73.436.428,23	15,35
2010 *	421.524.775,24	362.664.897,56	58.859.877,68	13,96
2011 *	418.906.960,43	370.901.204,93	48.005.755,50	11,46
2012 *	415.063.324,63	370.247.027,76	44.816.296,87	10,80
2013 *	451.786.322,40	385.817.770,50	65.968.551,90	14,60
2011 **	541.558.758,25	478.890.423,41	62.668.334,84	11,57
2012 ***	564.791.598,92	490.240.089,34	74.551.509,58	13,20
2013 ****	623.585.230,10	530.202.960,66	93.382.269,44	14,98
2014 ****	548.963.794,05	478.657.473,57	70.306.320,48	12,81
2015 ****	554.509.551,80	502.817.852,02	51.691.699,78	9,32
2016 ****	579.627.506,71	515.690.406,30	63.937.100,41	11,03
2017 ****	596.046.536,69	554.336.737,84	41.709.798,85	7,00

Fonte:

* Prestações de Contas de 34 municípios (idênticos) nos 5 anos (72,34 % da Região)

** Prestações de Contas de 44 municípios (93,61 % da Região)

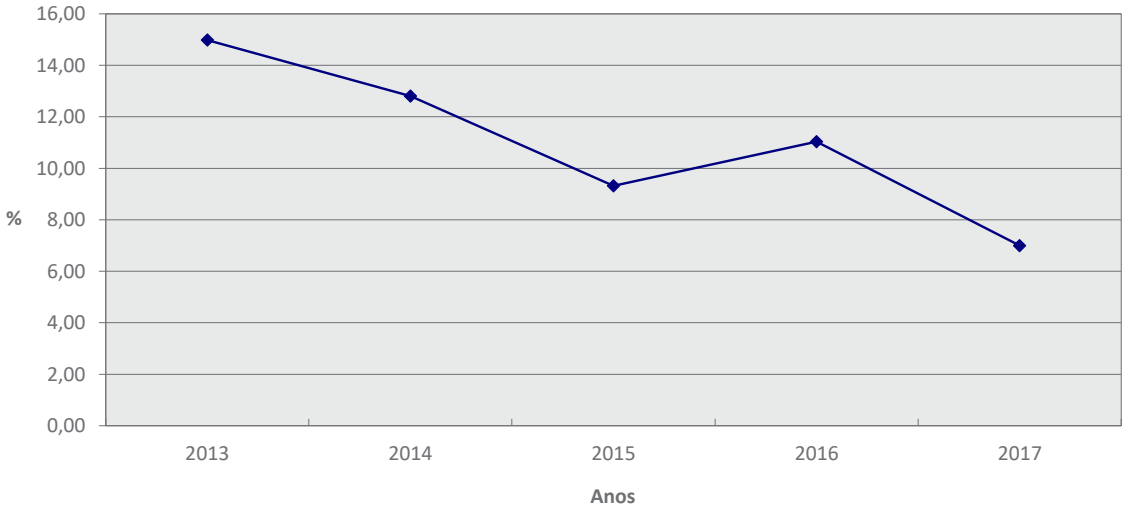
*** Prestações de Contas de 46 municípios (97,87 % da Região)

**** Prestações de Contas dos 47 municípios da Região

DSAJAL / DFLM

A despesa paga derivada de compromissos assumidos em exercícios anteriores (Quadro nº 8), de 2013 a 2017, em relação ao total da despesa paga, tem vindo a diminuir no período de análise, assumindo no ano de 2017 o seu valor mais baixo (7,00 %) alcançando um montante de 41,7 milhões de euros.

Gráfico nº 11 - Relação Entre Despesa Paga Referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga (Região)



I - 6 - Despesa com pessoal

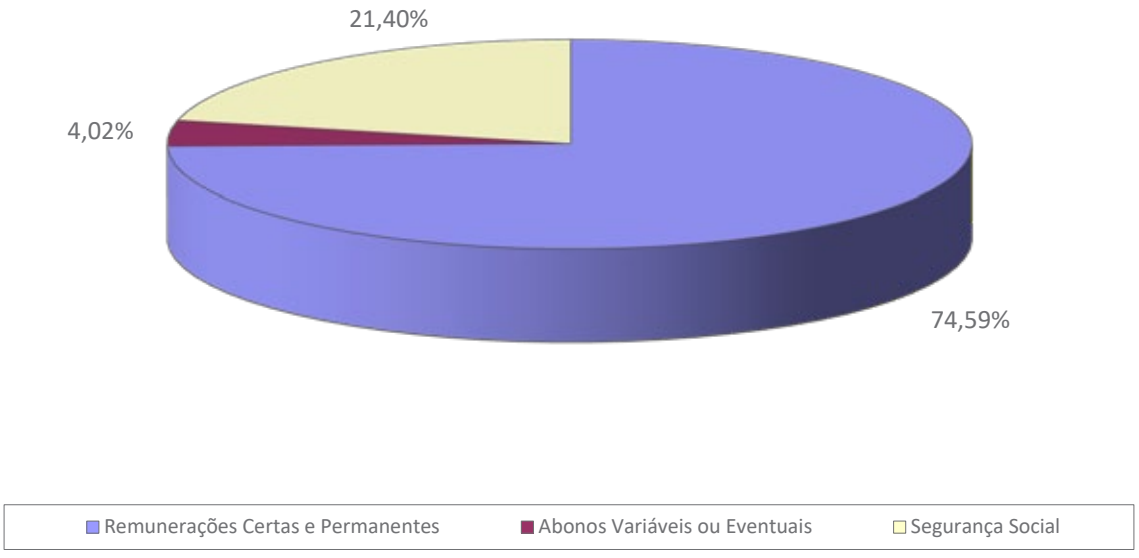
Quadro nº 9 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2017
Região Alentejo

	2017		
	(€)	%	%
Remunerações Certas e Permanentes	155.019.792,86	74,59	26,01
Abonos Variáveis ou Eventuais	8.351.713,91	4,02	1,40
Segurança Social	44.469.163,22	21,40	7,46
Total das Despesas com Pessoal	207.840.669,99	100,00	34,87
Total das Despesas	596.046.536,69		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2017
DSAJAL / DFLM

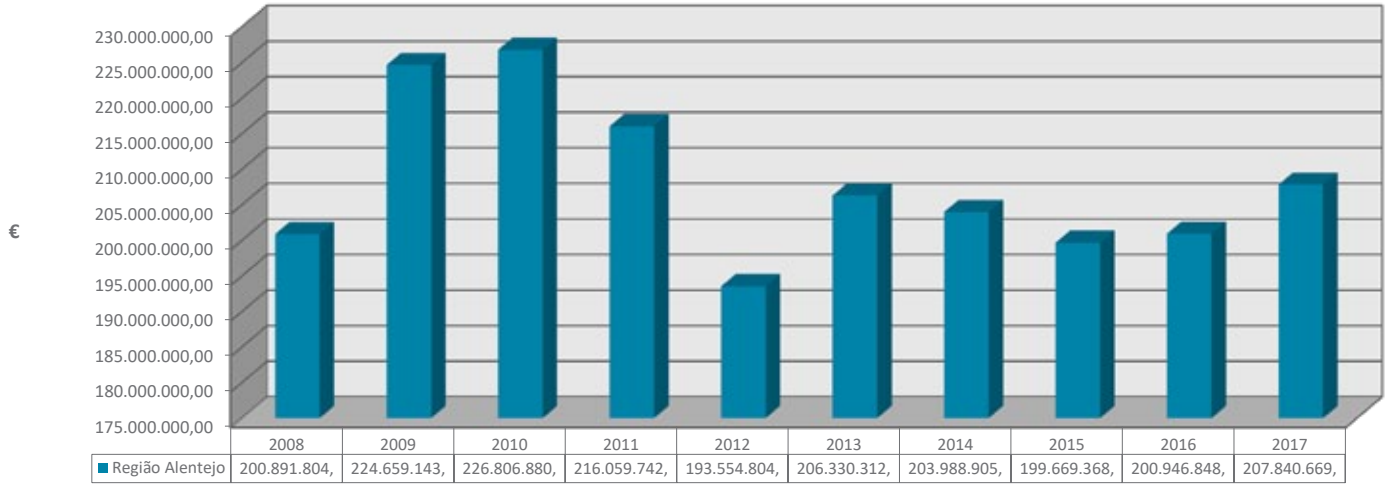
No exercício de 2017 a administração municipal pagou, em termos de despesa com pessoal, 207,8 milhões de euros, 34,87 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua a caber às remunerações certas e permanentes com 155,0 milhões de euros (74,59 % do total deste tipo de encargos), ficando a segurança social com 21,40 % de participação.

Gráfico nº 12 - Composição das Despesas com o Pessoal (2017)



No que toca à evolução da despesa com pessoal no período 2008/2017, esta apresentou um crescimento contínuo e firme entre 2008 a 2010 (ano em que atingiu o pico mais elevado de pagamento) no valor de 226 milhões de euros. De 2010 para 2012 registou-se uma fase de decréscimos, mais importante entre 2011/2012 com uma quebra de 22,5 milhões de euros, (-10,42 %). De 2012 para 2013, no entanto, a despesa com pessoal cresceu em 12,8 milhões (6,60 %). De 2013 para 2015 esta despesa voltou a decrescer com 2,3 milhões de euros (-1,13 %) em 2014 e 4,3 milhões de euros (-2,12 %) em 2015 e sofreu um ligeiríssimo crescimento em 2016 calculado em 1,3 milhões de euros (0,64 %). No exercício de 2017 a despesa com Pessoal cresceu 6,9 milhões de euros (3,43 %).

Gráfico nº 13 - Despesas com o Pessoal



O quadro nº 10 mostra-nos a evolução da despesa com o pessoal desagregada, entre 2008 e 2017, podendo-se explicitar as seguintes observações:

- A despesa global cresceu, de 2016 para 2017, 2,66 % (atingindo os 596,0 milhões de euros);
- A despesa com pessoal cresceu 3,43 % em 2017, atingindo os 207,8 milhões de euros;
- Em 2017 as componentes da despesa com pessoal tiveram a seguinte dinâmica:
  - As remunerações certas e permanentes tiveram um crescimento calculado em 3,51 %;
  - Os abonos variáveis ou eventuais cresceram 11,80 %;
  - Por fim, a segurança social cresceu 1,71 % em 2017, atingindo os 44,4 milhões de euros.

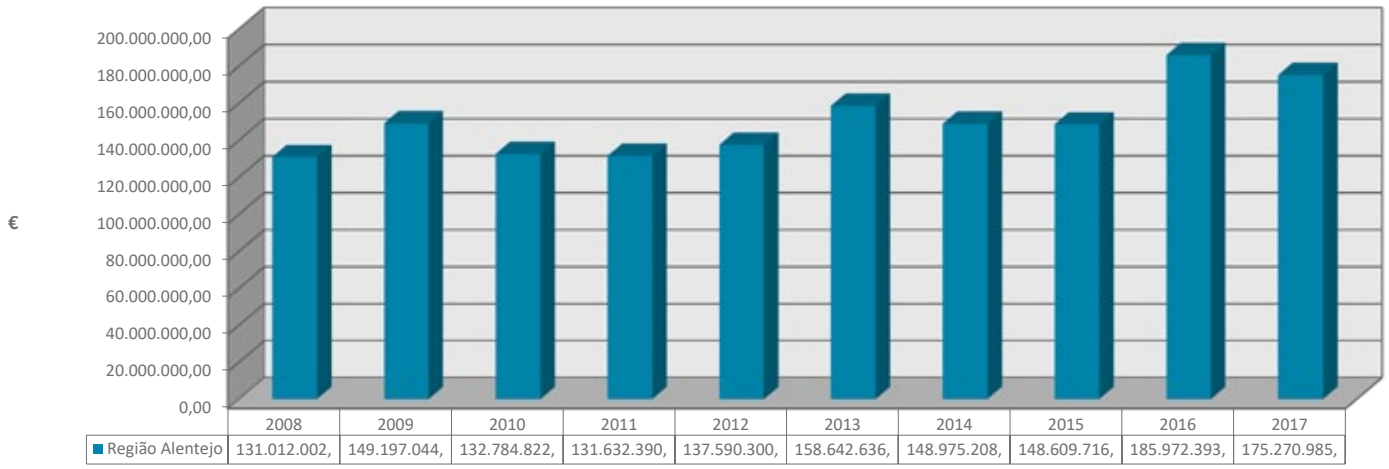
Quadro nº 10 - Evolução da Composição da Despesa com Pessoal (pagamentos)
Região Alentejo

		Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	Segurança Social	Total das Despesas com Pessoal	Total das Despesas
2008	€	156.830.605,93	12.181.529,54	31.879.668,82	200.891.804,29	621.817.784,01
2009	€	175.563.218,83	12.975.408,11	36.120.516,77	224.659.143,71	660.083.846,82
Var %		11,94	6,52	13,30	11,83	6,15
2010	€	176.056.867,23	11.763.407,96	38.986.605,34	226.806.880,52	619.989.144,93
Var %		0,28	-9,34	7,93	0,96	-6,07
2011	€	169.393.622,51	9.890.921,36	36.775.198,63	216.059.742,50	587.233.962,47
Var %		-3,78	-15,92	-5,67	-4,74	-5,28
2012	€	151.730.870,52	7.628.595,25	34.195.339,07	193.554.804,84	582.025.412,69
Var %		-10,43	-22,87	-7,02	-10,42	-0,89
2013	€	158.916.360,14	7.003.438,33	40.410.514,02	206.330.312,49	623.585.230,10
Var %		4,74	-8,19	18,18	6,60	7,14
2014	€	152.212.452,68	6.768.520,09	45.007.933,12	203.988.905,89	548.963.794,05
Var %		-4,22	-3,35	11,38	-1,13	-11,97
2015	€	148.868.685,35	6.953.756,09	43.846.926,67	199.669.368,11	554.509.551,80
Var %		-2,20	2,74	-2,58	-2,12	1,01
2016	€	149.757.416,06	7.470.026,92	43.719.405,89	200.946.848,87	580.627.506,71
Var %		0,60	7,42	-0,29	0,64	4,71
2017	€	155.019.792,86	8.351.713,91	44.469.163,22	207.840.669,99	596.046.536,69
Var %		3,51	11,80	1,71	3,43	2,66

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2016
DSAJAL / DFLM

I - 7 - Aquisição de bens e serviços

Gráfico nº 14 - Aquisição de Bens e Serviços



No que se refere à evolução deste tipo de despesa, ela mostra, nos últimos anos, um decréscimo desde 2009, mais acentuado entre 2009/2010 (-11,00 %) e uma quase estabilização para 2011, com uma variação de (-0,87 %) uma perda de 1,1 milhões de euros. Contudo, em 2012 e, essencialmente em 2013, o pagamento desta despesa voltou a crescer, 5,9 milhões de euros (4,53 %) em 2012 e 21,1 milhões de euros (15,30 %) em 2013. Em 2014 esta despesa registou uma quebra de 9,6 milhões de euros (-6,09 %), voltando a cair 0,25 % em 2015 (365 milhares de euros). No entanto, em 2016, a despesa com a aquisição de bens e serviços cresceu 37,4 milhões de euros (25,14 %), tornando este ano o de maior registo em todo o período de análise. Em 2017 esta despesa decresceu 10,7 milhões de euros, uma quebra calculada em 5,76 %.

Quadro nº 11 - Aquisição de Bens e Serviços - despesa paga
Região Alentejo

	TOTAL (€)	Aquisição de Bens (€)	%	Aquisição de Serviços (€)
2010	132.784.822,18	35.420.286,90	26,67	97.364.535,28
2011	131.632.390,29	36.428.583,44	27,67	95.203.806,85
Var %	-0,87	2,85		-2,22
2012	137.590.300,25	39.616.868,95	28,79	97.973.431,30
Var %	4,53	8,75		2,91
2013	158.642.636,74	51.754.362,40	32,62	106.888.274,34
Var %	15,30	30,64		9,10
2014	148.975.208,15	48.022.673,05	32,24	100.952.535,10
Var %	-6,09	-7,21		-5,55
2015	148.609.716,74	42.465.544,29	28,58	106.144.172,45
Var %	-0,25	-11,57		5,14
2016	185.972.393,29	60.464.210,84	32,51	125.508.182,45
Var %	25,14	42,38		18,24
2017	175.270.985,63	47.951.095,51	27,36	127.319.890,12
Var %	-5,75	-20,70		1,44

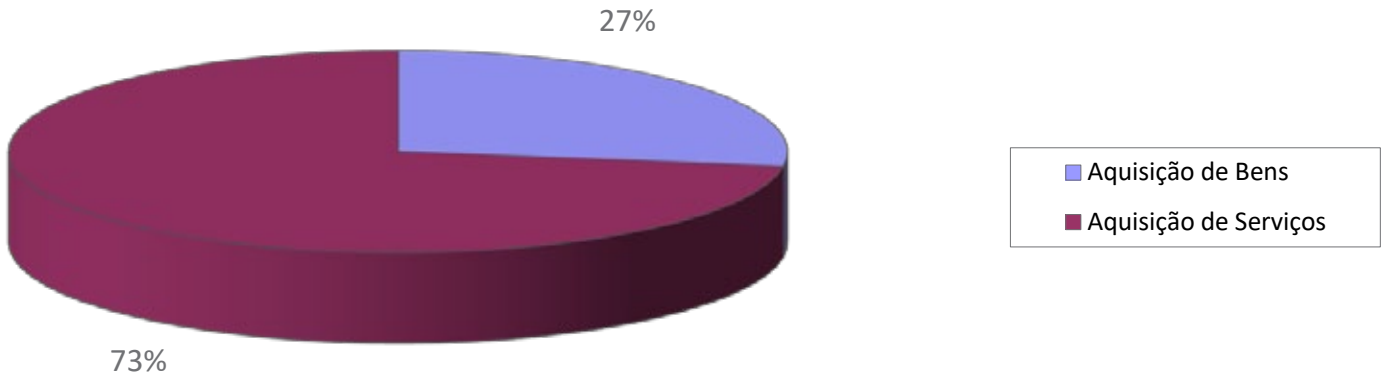
Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente ao período de 2010 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 11 e o gráfico nº 15 mostram-nos o seguinte:

- A componente de aquisição de bens tem vindo a registar um crescimento constante e firme entre 2010 e 2013, muito em especial em 2012/2013. Este tipo de despesa aumentou, entre 2010/2011, 2,85 %, registando um aumento mais visível em 2012, com uma taxa de 8,75 %, contudo, em 2013, o acréscimo foi mais significativo com mais 12,1 milhões de euros (30,64 %). No entanto, a aquisição de bens sofreu decréscimos consecutivos em 2014 de 7,21 % e, com mais expressão em 2015 (-11,57 %), em 2016 esta despesa teve um crescimento substancial de 17,9 milhões de euros (42,38 %). No entanto em 2017 a aquisição de bens teve uma perda de 20,70 %, menos 12,5 milhões de euros;

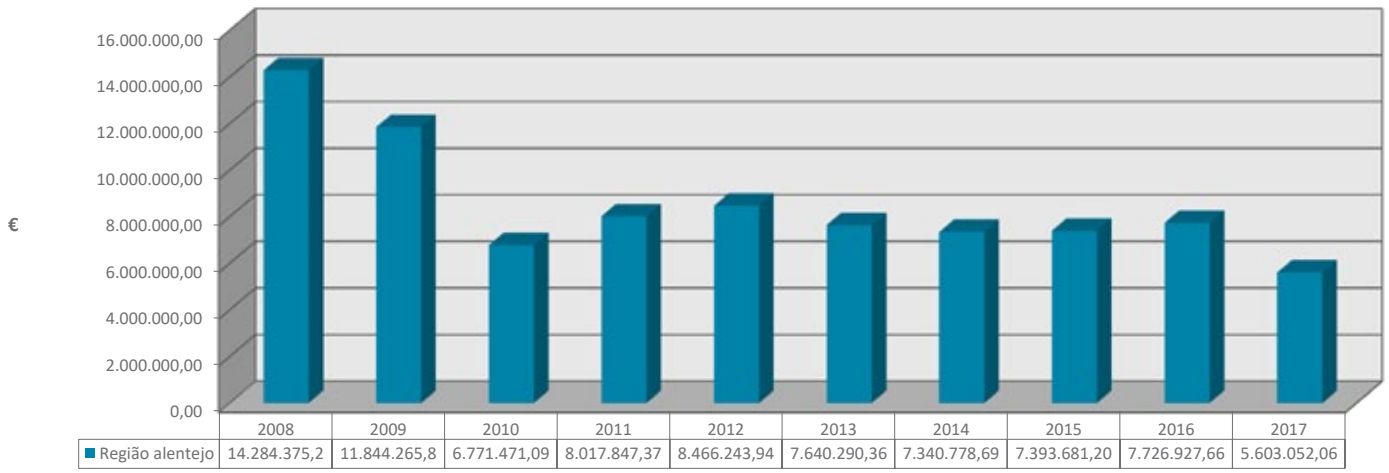
- A parcela referente à aquisição de serviços decresceu 2,22 % de 2010/2011, apresentando aumentos para os anos seguintes de 2,91 % para 2012 e 9,10 % em 2013 e uma diminuição de 5,55 % em 2014 e, novamente um crescimento de 5,14 % em 2015 e de 18,24 % em 2016, voltando a crescer (1,44 %) em 2017;
- Do total da rubrica (aquisição de bens e serviços) a parcela adstrita à aquisição de bens tem oscilado entre os 22 % e os 33 % continuando a mostrar que os municípios ainda continuam a adquirir, externamente, maioritariamente serviços.

Gráfico nº 15 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2017



I - 8 - Serviço da dívida bancária

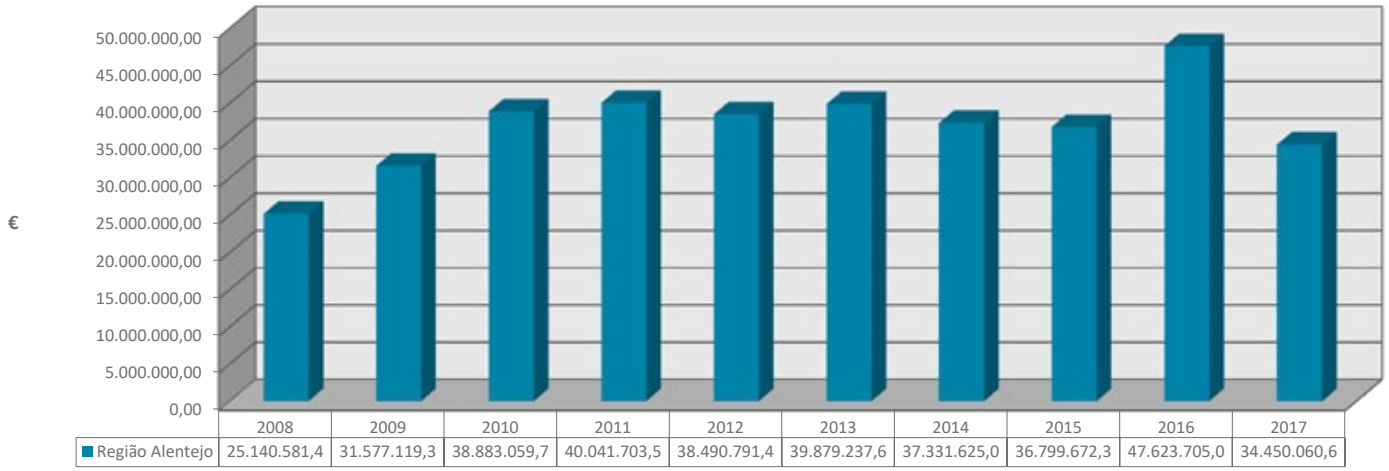
Gráfico nº 16 - Encargos Financeiros (juros)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região alentejo	14.284.375,2	11.844.265,8	6.771.471,09	8.017.847,37	8.466.243,94	7.640.290,36	7.340.778,69	7.393.681,20	7.726.927,66	5.603.052,06

No que toca à despesa paga através dos juros de empréstimos notamos um período de descidas (de 2008 até 2010). De 2010 a 2012 a rubrica de juros teve subidas constantes, apresentando uma descida para 2013 de 825,9 mil euros (-9,76 %). Em 2014 a despesa com os Juros voltou a descer, no montante de 299,5 mil euros (-3,92 %), subindo muito ligeiramente 53 mil euros (0,72 %), em 2015, e 333,2 mil euros (4,51 %) em 2016, apresentando uma quebra para 2017 de 2,1 milhões de euros (-27,27 %).

Gráfico nº 17 - Passivos Financeiros (amortizações)

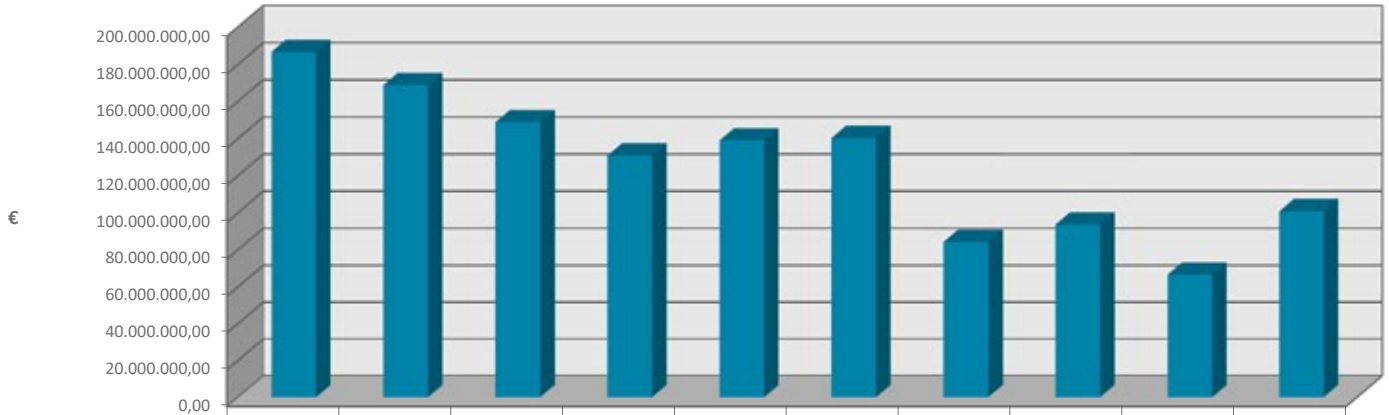


	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	25.140.581,4	31.577.119,3	38.883.059,7	40.041.703,5	38.490.791,4	39.879.237,6	37.331.625,0	36.799.672,3	47.623.705,0	34.450.060,6

No que se refere à despesa com amortizações de empréstimos (gráfico nº 17), observa-se um contínuo crescimento de 2008 até 2011, registando em 2012/2013 uma instabilidade, com um decréscimo em 2012 de 1,5 milhões de euros (-3,87 %) e um crescimento, para 2013, de 1,4 milhões de euros (3,61 %). Em 2014 esta despesa voltou a descer 2,5 milhões de euros, registando uma quebra de 6,39 %, continuando a sua quebra em 2015 com menos 532 milhares de euros (-1,42 %). Em 2016 os passivos financeiros registaram um crescimento significativo de 10,8 milhões de euros (29,41 %), voltando a decrescer 13,2 milhões de euros (-27,73 %), em 2017.

I - 9 - Aquisição de bens de capital

Gráfico nº 18 - Aquisição de Bens de Capital



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	186.659.779,	168.742.403,	148.848.971,	130.740.292,	138.962.270,	140.249.623,	84.274.670,7	93.658.959,4	66.663.369,3	100.723.950,

A aquisição de bens de capital (vide gráfico supra) tem mostrado os seguintes ciclos de evolução:

- Um ciclo, de 2008 a 2011, de decréscimos sucessivos;
- Um ciclo em 2012 com um crescimento de 8,2 milhões de euros e 6,29 % de variação e para 2013 novo crescimento de 1,3 milhões de euros (0,93 %);
- Em 2014 regista-se um valor dos mais baixos de todo o período de análise (2008 a 2017), com uma perda de 55,9 milhões de euros, representando uma quebra de 39,91 % em relação a 2013;
- A aquisição de bens de capital recuperou 9,4 milhões de euros (11,14 %) em 2015;
- Contudo, em 2016 a aquisição de bens de capital voltou a registar mais uma descida, até ao valor mais baixo do período (2003/2016), decrescendo 26,9 milhões de euros (-28,82 %);
- Em 2017 esta despesa de investimento (aquisição de bens de capital) voltou a subir fortemente a níveis de 2015, com um incremento de 34,10 milhões de euros (51,20 %).

O quadro nº 12 mostra-nos a evolução da composição da aquisição de bens de capital de 2010 a 2016.

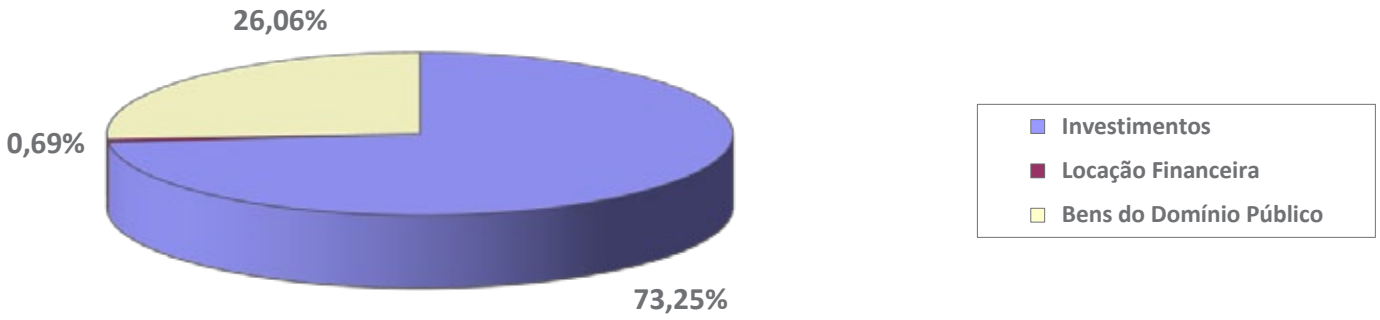
Quadro nº 12 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - despesa paga
Região Alentejo

		Total da Aquisição de Bens de Capital	%	Investimentos	%	Locação Financeira	%	Bens do Domínio Público	%
2010	€	148.848.971,46	100,00	113.740.607,73	76,41	1.770.754,68	1,19	33.337.609,05	22,40
2011	€	130.740.292,38	100,00	95.626.307,10	73,14	1.385.980,67	1,06	33.728.004,61	25,80
Var %		-12,17		-15,93		-21,73		1,17	
2012	€	138.962.300,06	100,00	107.840.612,42	77,60	1.255.423,58	0,90	29.866.264,06	21,49
Var %		6,29		12,77		-9,42		-11,45	
2013	€	140.249.623,04	100,00	116.241.504,68	82,88	883.923,14	0,63	23.124.195,22	16,49
Var %		0,93		7,79		-29,59		-22,57	
2014	€	84.274.670,76	100,00	66.972.657,28	79,47	696.801,11	0,83	16.605.212,37	19,70
Var %		-39,91		-42,38		-21,17		-28,19	
2015	€	93.658.959,40	100,00	70.800.945,77	75,59	3.155.632,73	3,37	19.702.380,90	21,04
Var %		11,14		5,72		352,87		18,65	
2016	€	66.663.369,30	100,00	52.509.251,12	78,77	632.204,30	0,95	13.521.913,88	20,28
Var %		-28,82		-25,84		-79,97		-31,37	
2017	€	100.723.950,90	100,00	73.780.298,72	73,25	697.587,97	0,69	26.246.064,21	26,06
Var %		51,09		40,51		10,34		94,10	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente ao período de 2010 a 2017
DSAJAL / DFLM

No que toca às grandes componentes da aquisição de bens de capital (ver quadro nº 12 e gráfico nº 19), o mais significativo é o investimento, com quotas que variam entre os 73 % e os 83 %, seguido dos bens de domínio público com quotas de participação que rondam entre os 16 a 26 %.

Gráfico nº 19 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - 2017

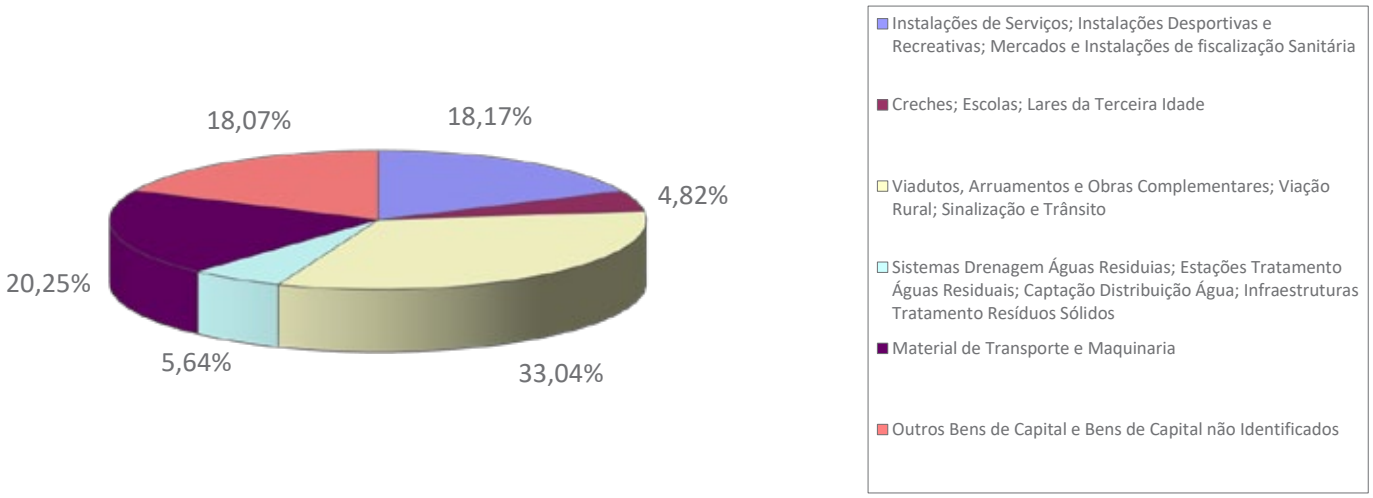


Quadro nº 13 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga
Região Alentejo

	Total da Aquisição de Bens de Capital	Instalações de Serviços; Instalações Desportivas e Recreativas; Mercados e Instalações de fiscalização Sanitária	%	Creches; Escolas; Lares da Terceira Idade	%	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares; Viação Rural; Sinalização e Trânsito	%	Sistemas Drenagem Águas Residuias; Estações Tratamento Águas Residuais; Captação Distribuição Água; Infraestruturas Tratamento Resíduos Sólidos	%	Material de Transporte e Maquinaria	%	Outros Bens de Capital e Bens de Capital não Identificados	%
2010	148.848.971,46	20.578.978,91	13,83	22.002.879,40	14,78	43.988.327,78	29,55	6.930.777,14	4,66	3.658.910,06	2,46	51.689.098,17	34,73
2011	130.740.292,38	14.868.791,25	11,37	19.569.999,24	14,97	38.367.759,62	29,35	7.594.386,31	5,81	16.503.898,23	12,62	33.835.457,73	25,88
Var %	-12,17	-27,75		-11,06		-12,78		9,57		351,06		-34,54	
2012	138.962.300,06	18.287.701,27	13,16	18.029.161,36	12,97	37.241.815,95	26,80	7.884.655,42	5,67	14.948.283,59	10,76	42.570.682,47	30,63
Var %	6,29	22,99		-7,87		-2,93		3,82		-9,43		25,82	
2013	140.249.623,04	19.336.469,86	13,79	20.910.073,32	14,91	36.552.902,54	26,06	5.809.676,52	4,14	15.832.124,85	11,29	41.808.375,95	29,81
Var %	0,93	5,73		15,98		-1,85		-26,32		5,91		-1,79	
2014	84.274.670,76	8.592.352,15	10,20	15.124.518,97	17,95	23.796.277,82	28,24	4.219.767,66	5,01	12.517.672,69	14,85	20.024.081,47	23,76
Var %	-39,91	-55,56		-27,67		-34,90		-27,37		-20,93		-52,11	
2015	93.658.959,40	11.222.218,31	11,98	9.436.255,85	10,08	17.268.574,55	18,44	6.611.361,03	7,06	17.340.682,35	18,51	31.779.867,31	33,93
Var %	11,14	30,61		-37,61		-27,43		56,68		38,53		58,71	
2016	66.663.369,30	8.338.653,57	12,51	2.212.207,84	3,32	13.167.476,37	19,75	3.856.182,19	5,78	13.050.009,33	19,58	26.038.840,00	39,06
Var %	-28,82	-25,70		-76,56		-23,75		-41,67		-24,74		-18,06	
2017	100.723.950,90	16.156.767,66	16,04	4.287.350,57	4,26	29.372.673,37	29,16	5.015.893,05	4,98	18.003.265,73	17,87	27.888.000,52	27,69
Var %	51,09	93,76		93,80		123,07		30,07		37,96		7,10	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente ao período de 2010 a 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 20 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga - 2017



O quadro nº 13 e o gráfico nº 20 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, evidenciando-se alguma tipificações.

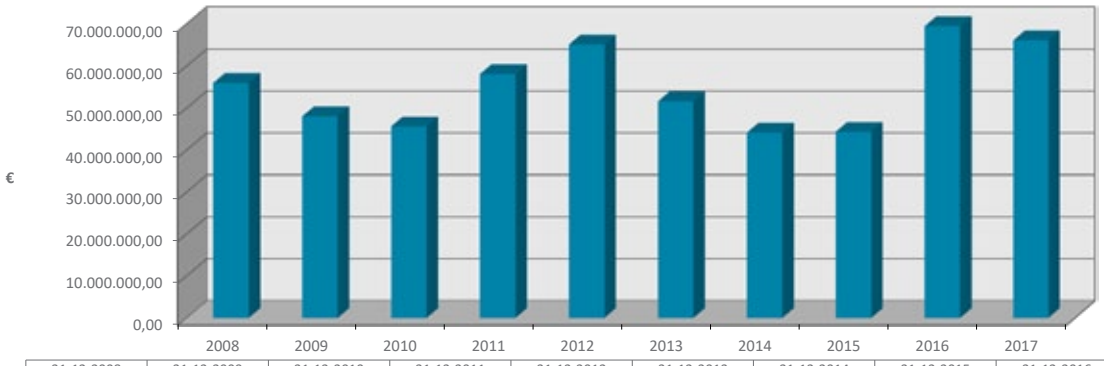
As duas tipificações (excluindo a rubrica residual) mais importantes nos bens de capital dos municípios são, as creches, escolas e lares da terceira idade e os viadutos, arruamentos e obras complementares para os anos 2010, 2011, 2013 e 2014. Em 2012 foram os viadutos, arruamentos e obras complementares e as instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, mercados e instalações de fiscalização sanitária, sendo em 2015 o material de transporte e os viadutos, arruamentos e obras complementares. Nos exercícios de 2016 e 2017 evidenciam-se os viadutos, arruamentos e obras complementares e o material de transporte e maquinaria.

I - 10 - Saldos

O gráfico nº 21 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

Se analisarmos o período temporal estabelecido, nomeadamente de 2008 para 2017, reparamos que existem quatro ciclos de evolução, um entre 2008 e 2010 de decréscimos contínuos, outro ciclo, de 2010 a 2012 caraterizado por acréscimos firmes, um terceiro de novamente decréscimo para 2014. Outro de 2014 para 2016 consistindo novamente em acréscimos, registando-se um ligeiro aumento da poupança orçamental, no montante de 207,5 milhares de euros (0,47 %) em 2015 e, para 2016, um significativo crescimento de 25,2 milhões de euros (56,71 %). E, por fim, um decréscimo, embora ligeiro para 2017, de 3,4 milhões de euros (-4,89 %).

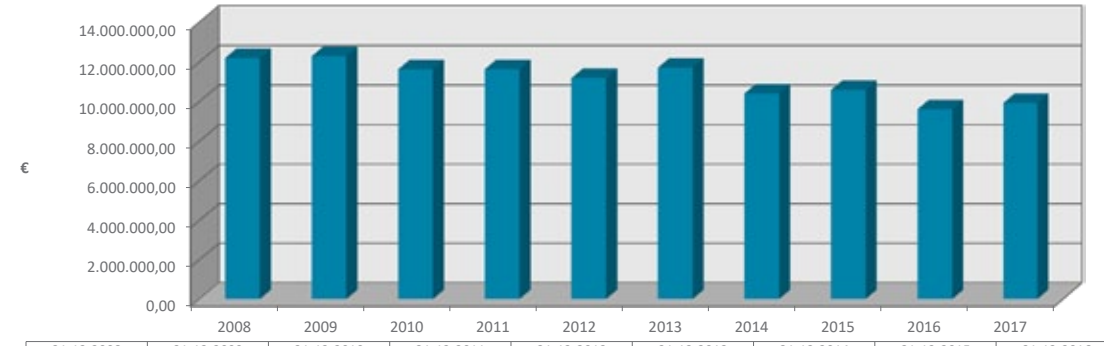
Gráfico nº 21 - Saldo Final de Operações Orçamentais



	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017
Região Alentejo	56.006.086,58	48.033.872,18	45.648.257,31	58.123.832,48	65.180.418,88	51.623.160,76	44.161.415,60	44.368.951,46	69.531.251,48	66.165.787,74

No que toca à relação entre saldo inicial, recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria (gráfico nº 22), verbas consignadas a terceiras entidades, o mesmo apresenta, em 2016, um saldo positivo de 9,6 milhões de euros, registando-se um ligeiro decréscimo em relação a 2015 de 974,7 milhares de euros, ou seja, uma descida de 9,20 %. Em 2017 apresenta-se um ligeiro acréscimo de 319 milhares de euros (3,32 %).

Gráfico nº 22 - Saldo Final de Operações de Tesouraria



	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017
Região Alentejo	12.210.059,37	12.298.304,95	11.640.406,38	11.642.158,12	11.193.901,77	11.716.706,79	10.418.534,50	10.595.430,27	9.620.702,38	9.939.394,59

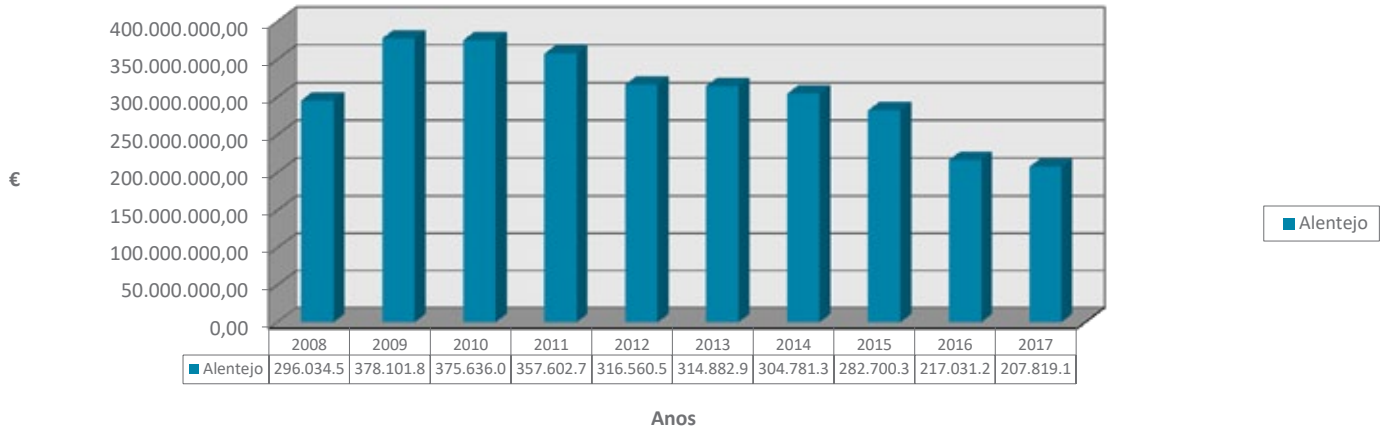
I - 11 - Endividamento municipal

Quadro nº 14 - Endividamento Municipal (balanço)
Alentejo

Balanço	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos (1)	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo (2)	Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazos (3)	Dívidas de Terceiros a Curto Prazo (4)	Títulos Negociáveis (5)	Depósitos em Bancos e Caixa (6)	Endividamento (montante líquido) (7)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)-(6)
2008	271.041.855,90	154.725.373,66	4.067.820,61	56.629.680,60	12.621.894,61	56.413.237,38	296.034.596,36
2009	322.638.286,40	167.233.415,86	4.027.862,60	46.561.343,34	9.304.311,63	51.876.354,80	378.101.829,89
2010	316.592.235,02	172.581.918,13	4.048.682,89	51.465.987,20	10.505.318,80	47.518.068,93	375.636.095,33
2011	296.137.483,62	198.569.413,07	3.892.548,57	63.424.584,94	13.450.000,00	56.337.054,21	357.602.708,97
2012	271.440.792,74	176.953.210,27	0,00	55.146.854,65	13.031.914,81	63.654.657,82	316.560.575,73
2013	288.784.876,77	143.433.478,40	2.306.779,23	51.656.962,12	5.650.000,00	57.721.694,82	314.882.919,00
2014	263.742.773,70	144.895.089,22	2.647.716,60	46.441.677,18	2.170.000,00	52.597.119,83	304.781.349,31
2015	236.657.493,25	143.349.377,28	2.748.545,95	39.579.889,34	85.000,00	54.893.058,11	282.700.377,13
2016	245.405.569,55	97.010.410,79	2.933.459,79	43.303.676,84	752.841,98	78.394.778,26	217.031.223,47
2017	225.448.214,63	97.152.709,75	2.857.376,54	35.802.520,61	0,00	76.121.848,68	207.819.178,55

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 23 - Endividamento Municipal (montante líquido) (balanço)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alentejo	296.034.5	378.101.8	375.636.0	357.602.7	316.560.5	314.882.9	304.781.3	282.700.3	217.031.2	207.819.1

O quadro nº 14 e o gráfico nº 23 explicitam o endividamento municipal através das rubricas do balanço, denotando-se o significativo crescimento da dívida global líquida de 2008 para 2009, atingindo neste ano o seu máximo neste período (2008 a 2017), no montante de 378,1 milhões de euros. No entanto, de 2009 para 2017 tem-se vindo a observar a contínua descompressão do endividamento, tendo de 2011 para 2012 registado um decréscimo de 41,0 milhões de euros (- 11,48 %), de 2012 para 2013 uma diminuição calculada em 1,7 milhões de euros (-0,53 %), de 2013 a 2014 uma quebra de 10,1 milhões de euros (- 3,21 %), um decréscimo para 2015 de 22,1 milhões de euros (-7,24 %), uma diminuição significativa, em 2016, de 65,7 milhões de euros (-23,23 %) e um decréscimo de 9,2 milhões de euros (-4,24 %) em 2017.

Quadro nº 15 - Peso da Dívida a Fornecedores
Região Alentejo

	Dívida a Fornecedores (balanço) (ano n) (€) (1)	Receita Total (ano n-1) (€) (2)	(1) / (2) %
2011	177.819.002,18	617.604.254,55	28,79
2012	155.229.701,37	599.709.537,64	25,88
Var %	-12,70	-2,90	
2013	130.576.634,16	589.082.087,84	22,17
Var %	-15,88	-1,77	
2014	136.315.173,38	610.027.971,98	22,35
Var %	4,39	3,56	
2015	118.235.666,20	541.482.523,58	21,84
Var %	-13,26	-11,24	
2016	86.930.006,80	554.717.097,66	15,67
Var %	-26,48	2,44	
2017	78.870.170,68	605.789.796,73	13,02
Var %	-9,27	9,21	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 15 apresenta o peso da dívida a fornecedores (contas do balanço) sobre o total da receita do ano anterior. Esta relação, para 2011, apresentou um peso de 28,79 %, tendo este indicador uma evolução positiva em 2012 e 2013, com os valores de 25,88 % e 22,17 % respetivamente. Em 2014, o indicador regista um ligeiríssimo crescimento, apresentando melhorias nos três anos seguintes, com o montante de 21,84 % em 2015, 15,67 % em 2016 e 13,02 % em 2017.

I - 12 - Factor gerador de dívida

Quadro nº 16 - Fator Gerador de Dívida

	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (2)	Desiquilíbrio Gerador de Divida (€) (3=1-2)
2011	621.292.953,26	707.516.486,98	-86.223.533,72
2012	594.489.851,21	568.060.947,41	26.428.903,80
Var%	-4,31	-19,71	-130,65
2013	624.469.684,40	585.062.641,40	39.407.043,00
Var%	5,04	2,99	49,11
2014	558.872.371,65	530.156.246,05	28.716.125,60
Var%	-10,50	-9,38	-27,13
2015	572.369.064,61	537.505.806,42	34.863.258,19
Var%	2,41	1,39	21,41
2016	623.275.057,68	571.597.244,20	51.677.813,48
Var%	8,89	6,34	48,23
2017	692.877.461,91	596.889.548,52	95.987.913,39
Var%	11,17	4,42	85,74

	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Saldo Inicial de Operações Orçamentais (ano n) (€) (2)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (3)	Desiquilíbrio Gerador de Divida (€) (4=1+2-3)
2011	621.292.953,26	45.648.257,31	707.516.486,98	-40.575.276,41
2012	594.489.851,21	58.123.743,73	568.060.947,41	84.552.647,53
Var%	-4,31	27,33	-19,71	-308,38
2013	624.469.684,40	65.180.418,88	585.062.641,40	104.587.461,88
Var%	5,04	12,14	2,99	23,70
2014	558.872.371,65	51.642.686,07	530.156.246,05	80.358.811,67
Var%	-10,50	-20,77	-9,38	-23,17
2015	572.369.064,61	44.161.415,60	537.505.806,42	79.024.673,79
Var%	2,41	-14,49	1,39	-1,66
2016	623.275.057,68	44.368.961,46	571.597.244,20	96.046.774,94
Var%	8,89	0,47	6,34	21,54
2017	692.877.461,91	69.483.018,87	596.889.548,52	165.470.932,26
Var%	11,17	56,60	4,42	72,28

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 16 mostra-nos a relação entre a receita liquidada, num determinado exercício, e os compromissos assumidos para esse exercício, quer os emergentes contratualmente nesse ano, quer os compromissos assumidos contratualmente em anos anteriores, na forma de compromissos plurianuais, estando programados e à carga orçamental desse mesmo exercício. Para o cálculo destes compromissos assumidos não se teve em consideração o saldo constituído pelos compromissos assumidos em anos anteriores e que não foram pagos nesses anos. Como base informacional para esta análise cingiu-se à informação constante do controlo orçamental da receita e da despesa.

Assim, para 2011, observou-se um desequilíbrio bruto negativo de 86,2 milhões de euros e, contando com a poupança de operações orçamentais de 2010, saldou-se num desequilíbrio líquido negativo de 40,5 milhões de euros.

Em 2012, a situação teve uma evolução altamente positiva, passando para uma situação de folga da ordem dos 26,4 milhões de euros, ou seja, resultante do encontro de uma receita liquidada de 594,4 milhões de euros e compromissos assumidos para o exercício de 568,0 milhões de euros. Refira-se que, embora estas duas variáveis tivessem uma evolução negativa, a quebra dos compromissos assumidos foi quase cinco vezes superior à da receita liquidada. Esta situação de folga, em 2012, foi mais ampliada com a introdução do saldo de operações orçamentais.

Para 2013, o desequilíbrio foi mais positivo ainda, registando-se um diferencial de 39,4 milhões de euros consubstanciado num excesso de receita liquidada em relação aos compromissos assumidos, derivado dum

maior crescimento da primeira em relação à segunda. Este desequilíbrio positivo foi reforçado pelo saldo orçamental, passando para os 104,6 milhões de euros.

Em 2014, a folga orçamental líquida já foi menor, passando para os 28,7 milhões de euros, derivado duma quebra maior na receita liquidada (-10,50 %) do que na despesa com os compromissos assumidos (-9,38 %). Assim, a folga neste ano foi de 28,7 milhões de euros (sem saldo inicial de operações orçamentais) e de 80,3 milhões de euros (contando com o saldo inicial de operações orçamentais).

Em 2015, a folga orçamental líquida voltou a ser maior, atingindo os 34,9 milhões de euros, originada pelo crescimento da receita liquidada em 2,41 %, com um crescimento menor dos compromissos (1,39 %). Contudo, com o saldo inicial de operações orçamentais a folga decresceu muito ligeiramente (1,3 milhões de euros), derivado da diminuição desse saldo em 14,49 %.

Em 2016, a folga orçamental líquida voltou a ser ampliada, atingindo os 51,7 milhões de euros, originada pelo crescimento da receita liquidada em 8,89 %, com um crescimento menor dos compromissos (6,34 %). O saldo inicial de operações orçamentais provocou um crescimento da folga aumentando para os 96,0 milhões de euros (21,54 %).

Em 2017, a folga orçamental líquida tornou a voltar a ampliar com maior expressão, atingindo os 95,9 milhões de euros, originada com um crescimento mais forte da receita liquidada em relação ao crescimento da despesa dos compromissos assumidos. O saldo inicial de operações orçamentais (69,4 milhões de euros) veio ampliar essa folga para os 165,4 milhões de euros.

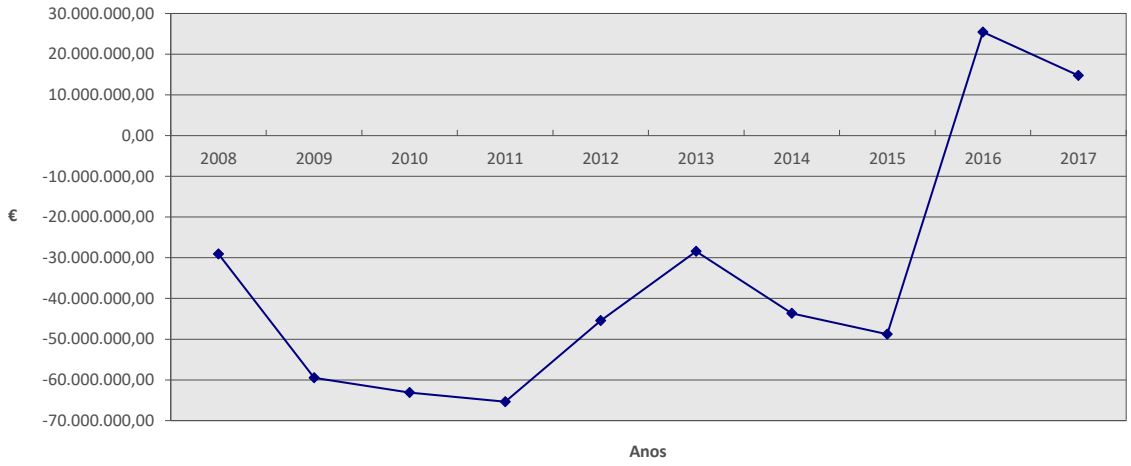
I - 13 - Liquidez geral

Quadro nº 17 - Liquidez Geral (balanço)
Região Alentejo

	(Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa + Títulos Negociáveis + Dívidas a Receber de Curto Prazo) - Dívidas a Pagar de Curto Prazo (€)	Var %
2008	-29.060.561,07	
2009	-59.491.406,09	104,72
2010	-63.092.543,20	6,05
2011	-65.357.773,92	3,59
2012	-45.419.782,99	-30,51
2013	-28.404.823,46	-37,46
2014	-43.686.292,21	53,80
2015	-48.791.429,83	11,69
2016	25.440.886,29	-152,14
2017	14.771.659,54	-41,94

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 24 - Liquidez Geral



Ao observarmos o quadro nº 17 e o respetivo gráfico nº 24, pretende-se analisar a evolução regional da liquidez geral, que consiste na relação, em termos de itens do balanço, entre o conjunto de depósitos em bancos e caixa, títulos negociáveis e dívidas a receber de curto prazo e o conjunto das dívidas a pagar de curto prazo.

Esta liquidez geral tem tido uma evolução negativa no período de 2008 a 2011, apresentando um afundamento significativo de 2008 para 2009, na ordem dos 30,4 milhões de euros (104,72 %). De 2009 para 2011 o agravamento tem continuado, mas com menor expressão, registando de 2010 a 2011 um decréscimo de 3,59 %. Em 2012 e 2013, no entanto, regista-se uma evolução positiva, com o recuo constante do deficit de liquidez geral calculada em 19,93 milhões de euros, ou seja, uma variação de – 30,51 % em 2012 e uma diminuição de 17,0 milhões de euros (-37,46 %) em 2013. Pelo contrário, em 2014 registou-se um agravamento do deficit, na ordem dos 53 %, fixando, a nível regional, em 43,7 milhões de euros. Em 2015 continuou-se a registar o crescimento do deficit, atingindo os 48,8 milhões de euros (11,69 %). No entanto, em 2016, obteve-se um resultado espectacular, pela primeira vez desde 2008, registou-se uma liquidez geral positiva, passando dos -48,8 milhões de euros em 2015 para os 25,4 milhões de euros. Em 2017 a liquidez geral sofreu um ligeiro tropeção, embora ficasse em campo positivo, passando dos 25,4 milhões de euros em 2016 para 14,7 milhões de euros em 2017, ou seja, uma quebra de 42,13 %.

I - 14 - Balanço

Quadro nº 18 - Estrutura do Ativo Líquido (Balanço de 2017)
Região Alentejo

	2017 (€)	%
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	1.009.636.922,91	36,54
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1.597.223.996,40	57,80
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	35.802.520,61	1,30
Depósito em Bancos e Caixa	76.121.848,68	2,75
Outros	44.671.062,86	1,62
TOTAL DO ATIVO LíQUIDO	2.763.456.351,46	100,00

Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanço de 2017)
Região Alentejo

	2017 (€)	%	%
FUNDOS PRÓPRIOS (Total)	1.787.644.196,47		64,69
Provisão para Riscos e Encargos	29.059.729,96	2,98	1,05
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	225.448.214,63	23,10	8,16
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	97.152.709,75	9,96	3,52
Acréscimos e Diferimentos	624.151.500,65	63,96	22,59
PASSIVO (Total)	975.812.154,99	100,00	35,31
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	2.763.456.351,46		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2017
DSAJAL / DFLM

Do quadro nº 18, que consiste na apresentação, para 2017, da estrutura do ativo líquido e dos fundos próprios e passivo, é possível observar o seguinte:

- No ativo líquido a componente principal (maioritária) continua a caber ao imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros com um peso de 57,80 %, seguido do imobilizado relativo a bens de domínio público com 36,54 %. O peso de relevo desta última rubrica está relacionado com a natureza do objeto público da instituição municipal;
- O peso dos fundos próprios (património) é de 64,69 %, cabendo ao passivo os restantes 35,31 %;
- Na composição do passivo ressalta a importância dos acréscimos e diferimentos com um peso superior a metade do total do passivo (63,96 %), seguido das dívidas a terceiros com 33,06 %. Refira-se que, do global dos acréscimos e diferimentos (624,1 milhões de euros), 590,0 milhões de euros (94,54 %) respeitam a proveitos diferidos (subsídios ao investimento e outros);
- No que toca à estrutura da dívida a terceiros, 23,10 % do total do passivo cabe a operações de médio e longo prazos, cabendo as dívidas de curto prazo o peso de 9,96 %.

Quadro nº 19 - Evolução da Estrutura do Ativo Líquido (Balanços de 2008 a 2017)
Região Alentejo

		Imobilizado (Bens do Domínio Público)	Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	Depósito em Bancos e Caixa	Outros	TOTAL DO ATIVO LíQUIDO
2008	€	1.297.328.933,44	1.277.340.891,98	56.629.680,60	56.413.237,38	49.279.842,03	2.736.992.585,43
2009	€	1.334.409.473,13	1.350.136.666,36	46.561.343,34	51.876.354,80	49.600.771,92	2.832.584.609,55
Var %		2,86	5,70	-17,78	-8,04	0,65	3,49
2010	€	1.308.553.928,91	1.423.478.927,62	51.465.987,20	47.518.068,93	49.344.175,55	2.880.361.088,21
Var %		-1,94	5,43	10,53	-8,40	-0,52	1,69
2011	€	1.303.288.025,22	1.454.752.540,58	63.424.584,94	56.337.054,21	55.674.006,11	2.933.476.211,06
Var %		-0,40	2,20	23,24	18,56	12,83	1,84
2012	€	1.168.339.633,03	1.454.179.541,44	55.146.854,65	63.354.657,82	52.390.648,65	2.793.411.335,59
Var %		-10,35	-0,04	-13,05	12,46	-5,90	-4,77
2013	€	1.166.888.352,70	1.500.825.316,34	51.656.962,12	57.721.694,82	46.937.067,65	2.824.029.393,63
Var %		-0,12	3,21	-6,33	-8,89	-10,41	1,10
2014	€	1.107.581.988,09	1.530.006.342,79	46.441.677,18	52.597.119,83	39.850.305,13	2.776.477.433,02
Var %		-5,08	1,94	-10,10	-8,88	-15,10	-1,68
2015	€	1.158.763.034,25	1.570.515.709,05	39.579.889,34	54.893.058,11	39.431.298,65	2.863.182.989,40
Var %		4,62	2,65	-14,78	4,37	-1,05	3,12
2016	€	1.054.369.250,75	1.558.216.182,78	43.303.676,84	78.394.778,26	45.302.902,10	2.779.586.790,73
Var %		-9,01	-0,78	9,41	42,81	14,89	-2,92
2017	€	1.009.636.922,91	1.597.224.096,40	35.802.520,61	76.121.848,68	44.670.962,86	2.763.456.351,46
Var %		-4,24	2,50	-17,32	-2,90	-1,39	-0,58

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro supra descreve a evolução de componentes da estrutura do ativo líquido para o período de 2008 a 2017, podendo-se emitir as seguintes observações relativas à evolução de 2016 para 2017:

- O total do ativo líquido regista um ligeiro decréscimo de 17,1 milhões de euros (0,58 %);
- O imobilizado de bens do domínio público apresenta um decréscimo de 4,24 %;
- O imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros apresentam um acréscimo de 2,50 %;
- A dívida de terceiros (de curto prazo) registou, pelo contrário, um decréscimo de 7,5 milhões de euros (-17,32 %);
- O montante de depósitos em bancos e caixa apresentou uma quebra de 2,90 % (2,2 milhões de euros).

Quadro nº 20 - Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanços de 2008 a 2017)
Região Alentejo

		Fundos Próprios (Total)	Provisão para Riscos e Encargos	Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	Acréscimos e Diferimentos	Passivo (Total)	Totatl dos Fundos Próprios e do Passivo
2008	€	1.878.619.136,83	4.075.101,60	271.041.855,81	154.725.373,66	428.531.117,53	858.373.448,60	2.736.992.585,43
2009	€	1.882.172.661,32	6.353.390,42	322.638.286,40	167.233.415,86	454.186.855,55	950.411.948,23	2.832.584.609,55
Var %		0,19	55,91	19,04	8,08	5,99	10,72	3,49
2010	€	1.892.305.673,23	12.498.396,90	316.592.235,02	172.581.918,13	486.382.864,93	988.055.414,98	2.880.361.088,21
Var %		0,54	96,72	-1,87	3,20	7,09	3,96	1,69
2011	€	1.886.125.027,82	9.677.121,15	296.137.483,62	198.569.413,07	542.967.165,40	1.047.351.183,24	2.933.476.211,06
Var %		-0,33	-22,57	-6,46	15,06	11,63	6,00	1,84
2012	€	1.746.558.610,56	10.790.750,03	271.440.792,74	176.953.210,27	587.667.971,94	1.046.852.724,98	2.793.411.335,54
Var %		-7,40	11,51	-8,34	-10,89	8,23	-0,05	-4,77
2013	€	1.749.690.197,25	22.440.803,04	288.784.876,77	143.433.480,40	619.680.036,17	1.074.339.196,38	2.824.029.393,63
Var %		0,18	107,96	6,39	-18,94	5,45	2,63	1,10
2014	€	1.707.559.456,54	25.311.908,01	263.742.773,70	144.895.089,22	634.968.205,55	1.068.917.976,48	2.776.477.433,02
Var %		-2,41	12,79	-8,67	1,02	2,47	-0,50	-1,68
2015	€	1.825.371.645,71	26.217.862,64	236.657.493,25	143.349.377,28	631.586.610,52	1.037.811.343,69	2.863.182.989,40
Var %		6,90	3,58	-10,27	-1,07	-0,53	-2,91	3,12
2016	€	1.780.353.416,98	25.948.855,77	245.405.569,55	97.010.410,79	630.868.537,64	999.233.373,75	2.779.586.790,73
Var %		-2,47	-1,03	3,70	-32,33	-0,11	-3,72	-2,92
2017	€	1.787.644.196,47	29.059.729,96	225.448.214,63	97.152.709,75	624.151.500,65	975.812.154,99	2.763.456.351,46
Var %		0,41	11,99	-8,13	0,15	-1,06	-2,34	-0,58

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 20 mostra-nos a evolução da estrutura dos fundos próprios e do passivo no período em análise (2008/2017).

Observando, também, a evolução de 2016 para 2017 regista-se o seguinte:

- Os fundos próprios registam, neste período, um crescimento, mesmo que pequeno, de 0,41 % (7,2 milhões de euros);
- A componente provisões para riscos e encargos apresentou um acréscimo de 11,99 %, atingindo os 29 milhões de euros, cobrindo, 29,87 % do total das dívidas a terceiros de curto prazo;
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazos mostraram um decréscimo de 8,13 % (20,0 milhões de euros);
- As dívidas a terceiros de curto prazo apresentaram um ligeiríssimo crescimento (0,15 %), 142,3 milhares de euros;
- A componente com maior envergadura na estrutura do passivo continua a ser a dos acréscimo e diferimentos, cuja parcela esmagadoramente maioritária pertence aos proveitos diferidos. Esta componente representa 63,96% do total do passivo, apresentando, em 2017, um ligeiro decréscimo de 1,06 %;
- O total do passivo registou, também em 2017, uma quebra de 2,34 % (-23,4 milhões de euros).

Quadro nº 21 - Passivo Corrigido
Região Alentejo

		Passivo (valor integral)	Proveitos Diferidos	Passivo Corrigido (excluindo os proveitos diferidos)
2008	€	858.373.448,60	405.769.079,00	452.604.369,60
2009	€	950.411.948,23	429.866.716,00	520.545.232,23
Var %		10,72	5,94	15,01
2010	€	988.055.414,98	460.905.403,00	527.150.011,98
Var %		3,96	7,22	1,27
2011	€	1.047.351.183,24	523.615.586,00	523.735.597,24
Var %		6,00	13,61	-0,65
2012	€	1.046.852.724,98	565.304.945,00	481.547.779,98
Var %		-0,05	7,96	-8,06
2013	€	1.074.339.196,38	585.213.414,67	489.125.781,71
Var %		2,63	3,52	1,57
2014	€	1.068.917.976,48	604.890.613,78	464.027.362,70
Var %		-0,50	3,36	-5,13
2015	€	1.037.811.343,69	601.732.202,55	436.079.141,14
Var %		-2,91	-0,52	-6,02
2016	€	999.233.373,75	598.771.135,40	400.462.238,35
Var %		-3,72	-0,49	-8,17
2017	€	975.811.254,99	590.073.678,57	385.737.576,42
Var %		-2,34	-1,45	-3,68

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

No que toca ao passivo, o quadro nº 21 descreve a sua evolução para o período de 2008/2017, não só no seu montante integral mas também na sua forma corrigida, entrando em linha de conta com a exclusão dos proveitos diferidos.

Tendo em consideração a natureza da conta de proveitos diferidos (os quais não são obrigações a pagar, mas sim receitas que devem ser reconhecidas como proveitos de exercícios futuros), corrigiu-se o valor do passivo global.

Assim, é possível observar o seguinte:

- No que toca aos proveitos diferidos, cuja componente esmagadora é relativa aos subsídios para investimento, os montantes são muito avultados, atingindo e superando os 600 milhões em 2014 e 2015, tendo apresentado de 2016 a 2017 uma quebra de 1,45 %;
- Após a correção, o montante do passivo torna-se significativamente mais pequeno, apresentando, para 2017, o passivo corrigido uma contração de 63,96 % relativamente ao montante integral. Em termos de evolução do passivo corrigido, de 2016 para 2017, este apresenta um decréscimo de 3,68 %.

I - 15 - Demonstração de resultados

Quadro nº 22 - Demonstração de Resultados
Região Alentejo

		Custos e Perdas	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos +Remunerações + Encargos Sociais + Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais + Amortizações do Exercício + Provisões do Exercício + Outros Custos Operacionais (1)	Custos e Perdas Financeiras (2)	Custos Extraordinários (3)	Proveitos e Ganhos	Venda de Mecadorias + Venda de Produtos + Prestações de Serviços + Impostos e Taxas + Variação da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Proveitos Suplementares + Transferências e Subsídios Obtidos + Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (4)	Proveitos e Ganhos Financeiros (5)	Proveitos e Ganhos Extraordinários (6)
2008	€	551.650.507,21	501.600.562,74	17.842.228,83	32.207.715,64	542.663.723,66	491.839.896,72	15.007.660,98	35.816.165,96
2009	€	593.991.956,32	542.404.013,03	13.073.193,03	38.514.750,26	552.156.394,82	502.468.207,85	13.590.882,63	36.097.304,34
Var %		7,68	8,13	-26,73	19,58	1,75	2,16	-9,44	0,78
2010	€	579.336.785,89	537.169.178,14	9.846.501,87	32.321.105,88	562.182.831,73	511.373.286,48	13.391.059,56	37.418.485,69
Var %		-2,47	-0,97	-24,68	-16,08	1,82	1,77	-1,47	3,66
2011	€	554.464.521,98	515.181.493,76	10.692.811,13	28.590.217,09	538.748.775,37	483.753.349,35	16.689.926,22	38.305.499,80
Var %		-4,29	-4,09	8,60	-11,54	-4,17	-5,40	24,63	2,37
2012	€	540.534.346,77	501.363.238,82	10.759.679,25	28.411.428,70	526.814.011,80	466.518.545,81	15.366.550,24	44.928.915,75
Var %		-2,51	-2,68	0,63	-0,63	-2,22	-3,56	-7,93	17,29
2013	€	581.993.960,21	537.051.041,00	10.915.701,77	34.027.217,44	530.542.997,47	478.848.626,49	16.651.988,80	35.042.382,18
Var %		7,67	7,12	1,45	19,77	0,71	2,64	8,37	-22,00
2014	€	572.399.003,88	528.816.748,19	13.318.097,50	30.264.158,19	523.210.394,96	464.944.142,75	15.785.309,39	42.480.942,82
Var %		-1,65	-1,53	22,01	-11,06	-1,38	-2,90	-5,20	21,23
2015	€	553.725.690,26	521.705.637,01	8.959.364,89	23.060.688,36	548.109.515,45	484.671.132,90	15.290.235,62	48.148.146,93
Var %		-3,26	-1,34	-32,73	-23,80	4,76	4,24	-3,14	13,34
2016	€	575.190.354,99	540.824.433,89	7.784.939,71	26.580.981,39	568.499.806,06	497.801.246,81	15.123.879,54	55.574.679,71
Var %		3,88	3,66	-13,11	15,27	3,72	2,71	-1,09	15,42
2017	€	596.814.403,57	567.508.005,03	5.600.148,64	23.706.249,90	582.601.459,62	514.330.595,29	14.584.791,37	53.686.072,96
Var %		3,76	4,93	-28,06	-10,81	2,48	3,32	-3,56	-3,40

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 22 apresenta-nos a evolução temporal das várias componentes da demonstração de resultados regional, podendo-se salientar os seguintes aspetos:

- O total dos custos e perdas apresenta, de 2016 para 2017, um crescimento de 3,76 %, passando dos 575,1 milhões de euros para 596,8 milhões;
- O total dos proveitos e ganhos apresentou um crescimento de 2,48 %, alcançando os 582,6 milhões de euros;
- Os custos e proveitos operacionais seguem a mesma tendência dos respetivos totais, embora os proveitos operacionais tivessem crescido menos.

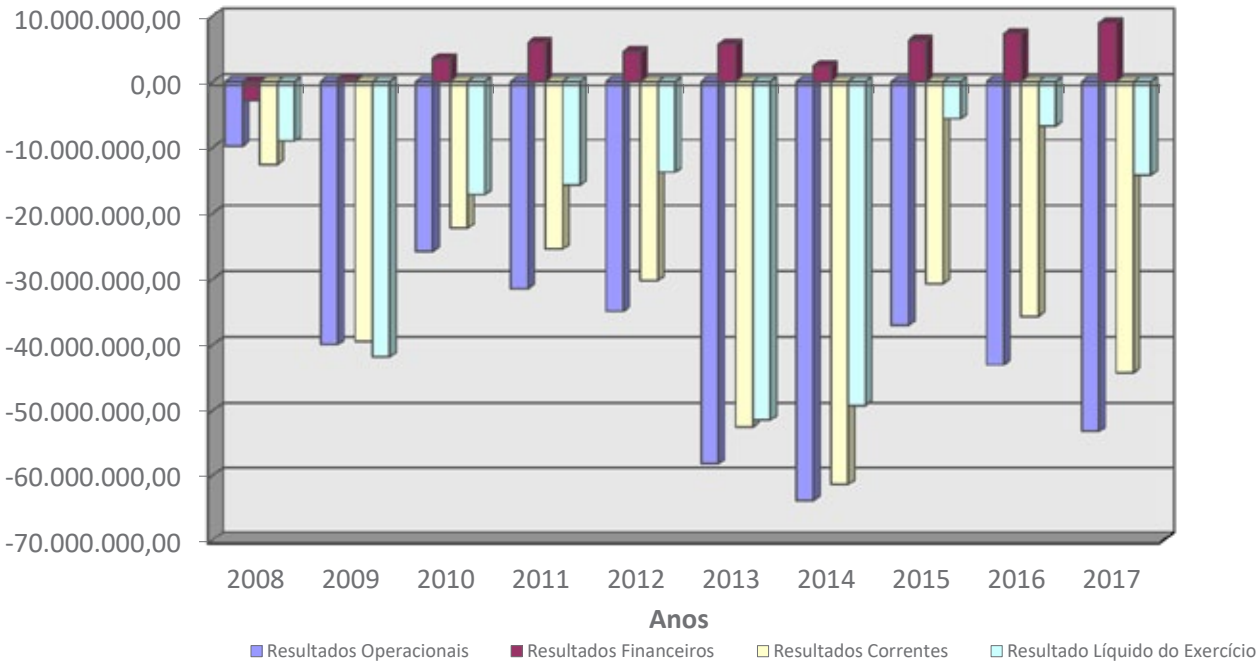
Quadro nº 23 - Demonstração de Resultados
Região Alentejo

€

	Resultados			
	Resultados Operacionais A=(4)-(1)	Resultados Financeiros B=(5)-(2)	Resultados Correntes C=(4+5)-(1+2)	Resultado Líquido do Exercício D=(4+5+6)-(1+2+3)
2008	-9.760.666,02	-2.834.567,85	-12.595.233,87	-8.986.783,55
2009	-39.935.805,18	517.689,60	-39.418.115,58	-41.835.561,50
2010	-25.795.891,66	3.544.557,69	-22.251.333,97	-17.153.954,16
2011	-31.428.144,41	5.997.115,09	-25.431.029,32	-15.715.746,61
2012	-34.844.693,01	4.606.870,99	-30.237.822,02	-13.720.334,97
2013	-58.202.414,51	5.736.287,03	-52.466.127,48	-51.450.962,74
2014	-63.872.605,44	2.467.211,89	-61.405.393,55	-49.188.608,92
2015	-37.034.504,11	6.330.870,73	-30.703.633,38	-5.616.174,81
2016	-43.023.187,08	7.338.939,83	-35.684.247,25	-6.690.548,93
2017	-53.177.409,74	8.984.642,73	-44.192.767,01	-14.212.943,95

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2017
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 25 - Resultados

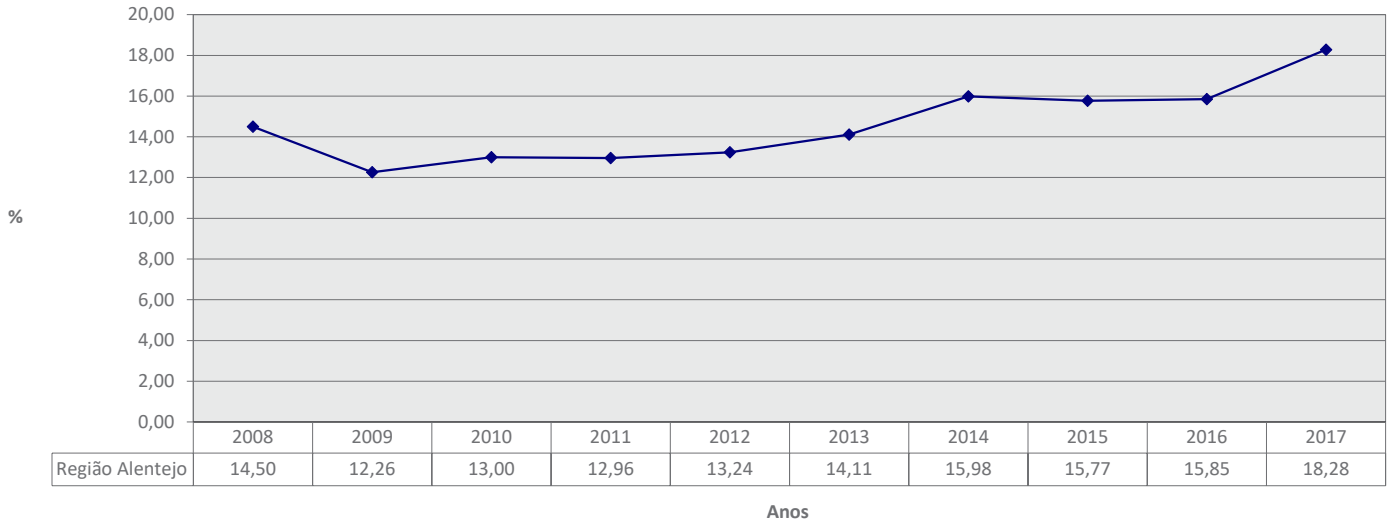


Do quadro nº 23 conjugado com o gráfico nº 25, no que toca aos resultados, podemos afirmar o seguinte:

- Os resultados operacionais (proveitos menos custos operacionais) apresentaram, de 2016 para 2017, uma evolução negativa, aumentando o seu deficit em 10,1 milhões de euros (23,49 %);
- No que toca ao resultado líquido do exercício, proveniente da diferença entre os proveitos e os custos operacionais, financeiros e extraordinários, regista em 2017 um deficit de 14,2 milhões de euros.

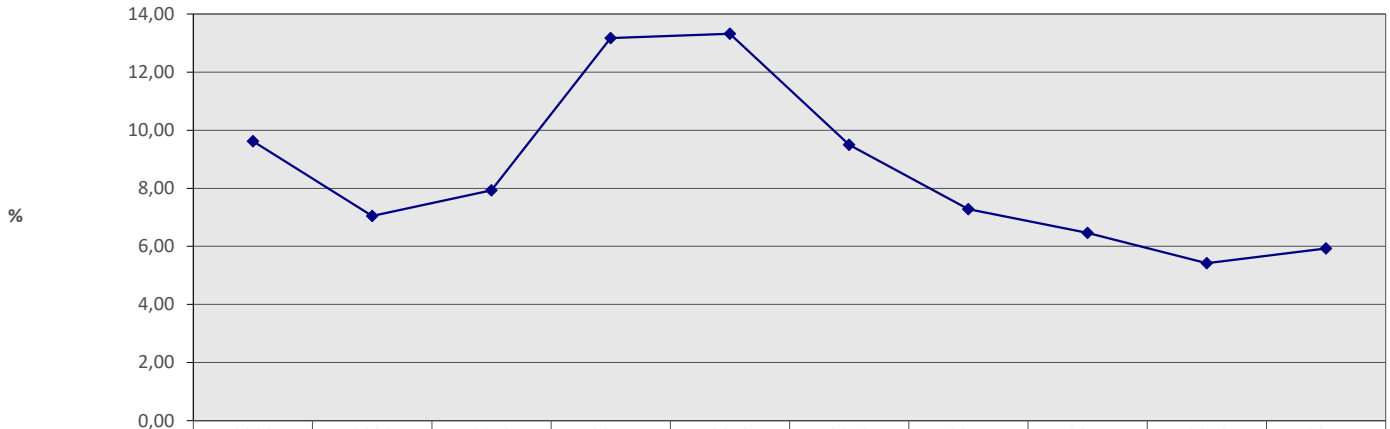
I - 16 - Indicadores de gestão (a nível regional)

Gráfico nº 26 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	14,50	12,26	13,00	12,96	13,24	14,11	15,98	15,77	15,85	18,28

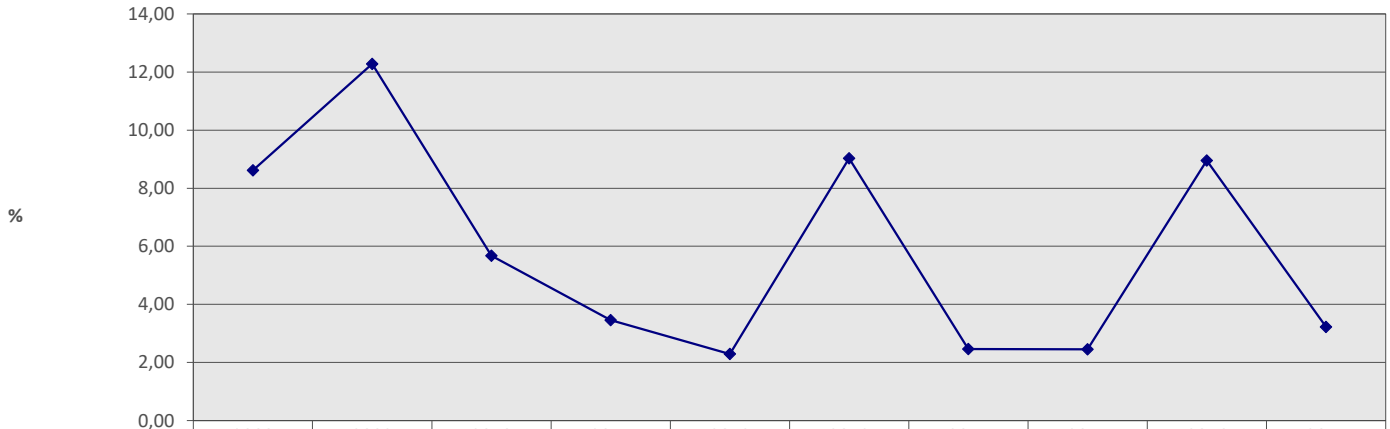
Gráfico nº 27 - Transferências de Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	9,62	7,05	7,93	13,17	13,32	9,50	7,28	6,46	5,42	5,93

Anos

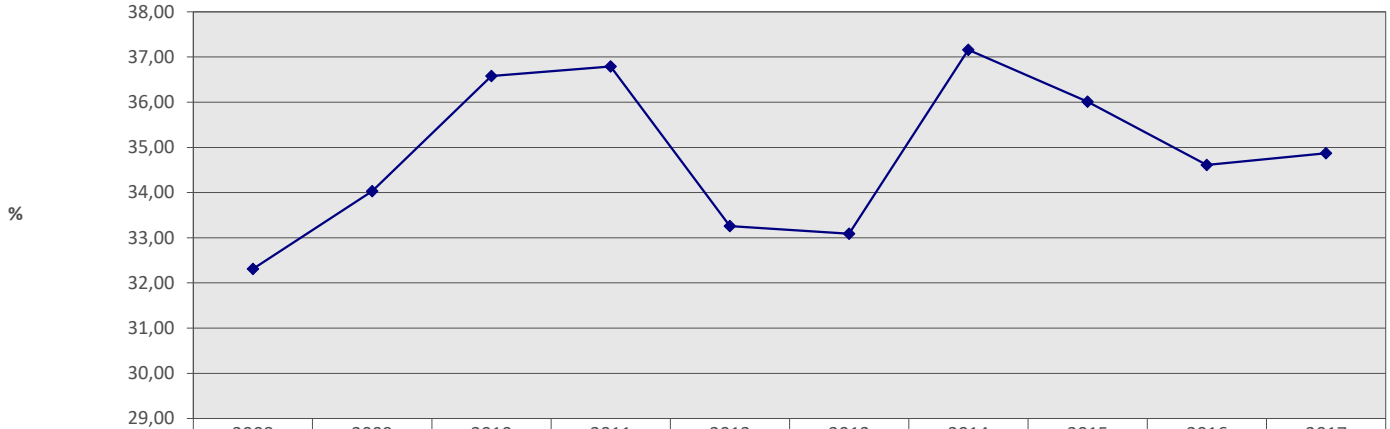
Gráfico nº 28 - Empréstimos / Receita Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	8,62	12,28	5,68	3,46	2,29	9,03	2,46	2,45	8,95	3,22

Anos

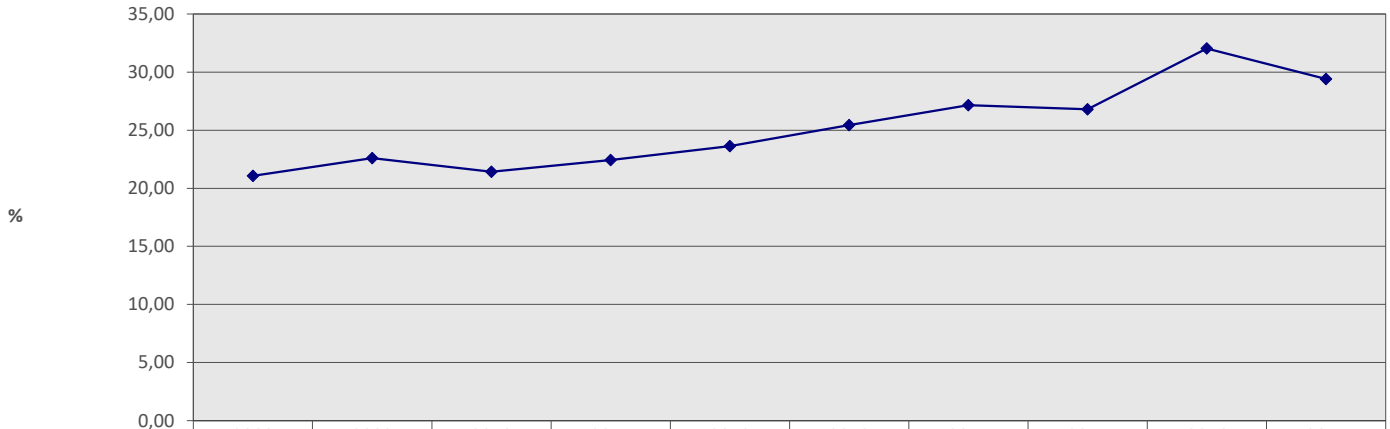
Gráfico nº 29 - Despesa com Pessoal / Despesa Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	32,31	34,03	36,58	36,79	33,26	33,09	37,16	36,01	34,61	34,87

Anos

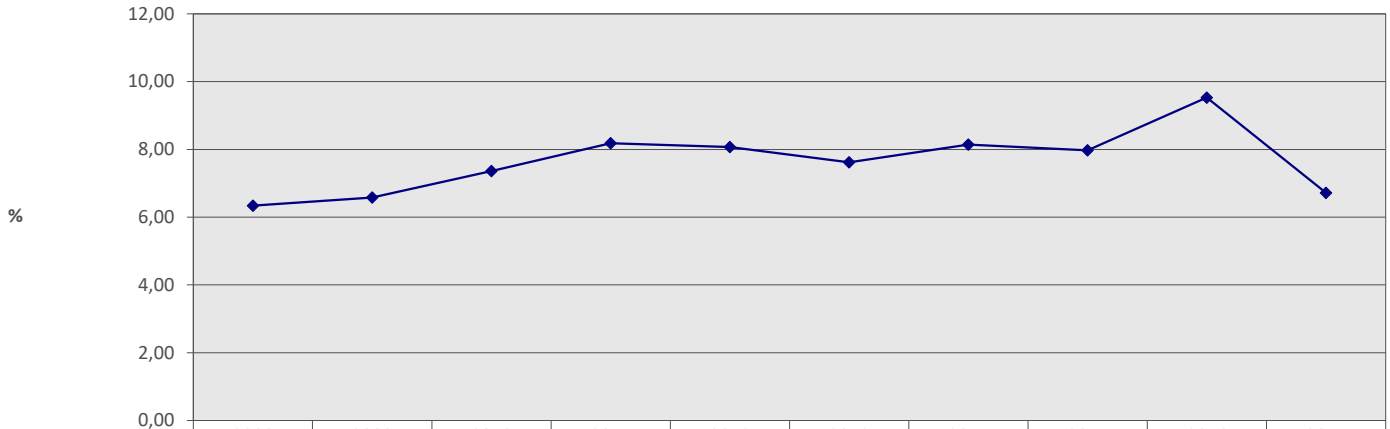
Gráfico nº 30 - Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	21,07	22,60	21,42	22,42	23,64	25,44	27,14	26,80	32,03	29,41

Anos

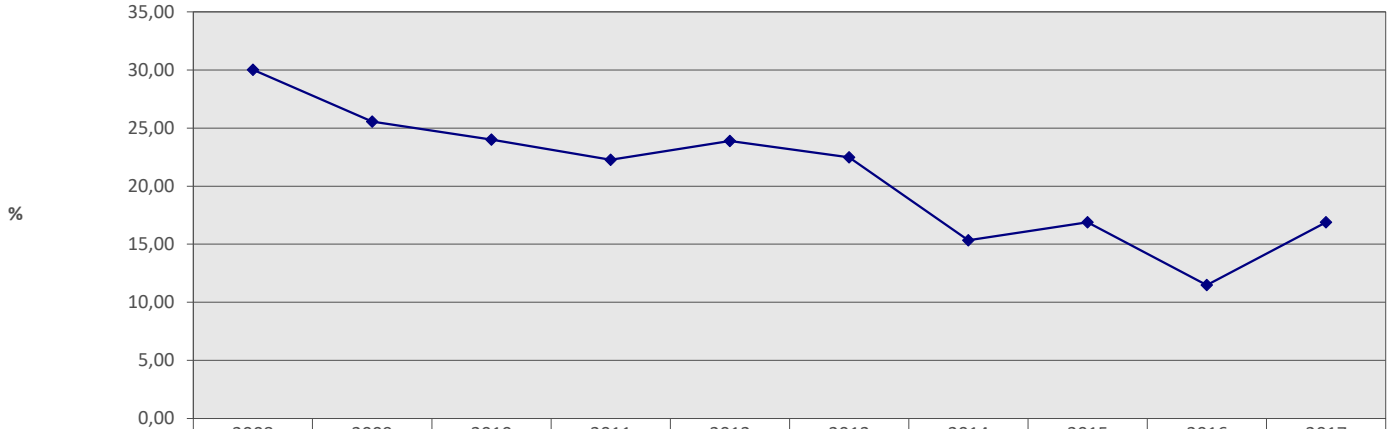
Gráfico nº 31 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	6,34	6,58	7,36	8,18	8,07	7,62	8,14	7,97	9,53	6,72

Anos

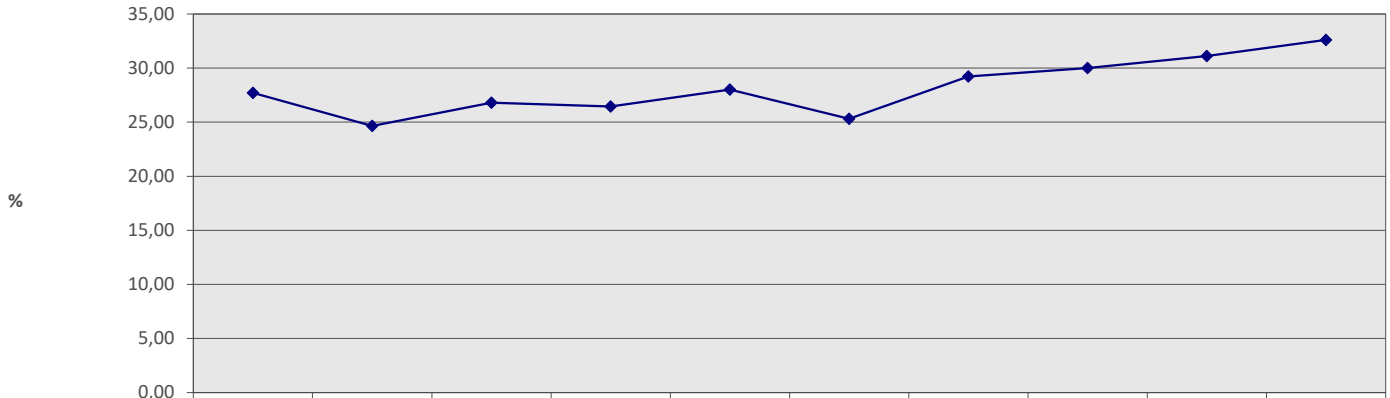
Gráfico nº 32 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	30,02	25,56	24,01	22,26	23,88	22,49	15,35	16,89	11,48	16,90

Anos

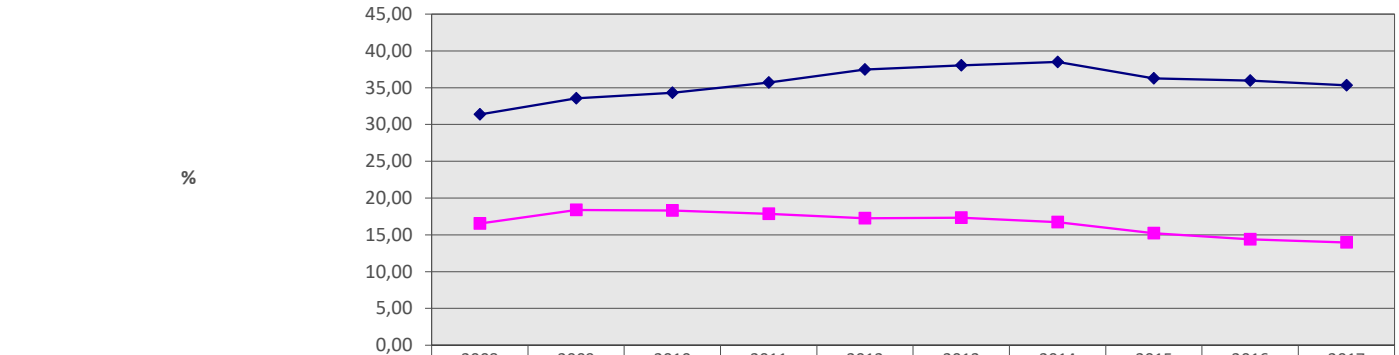
Gráfico nº 33 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	27,72	24,65	26,80	26,46	28,01	25,32	29,22	30,00	31,11	32,61

Anos

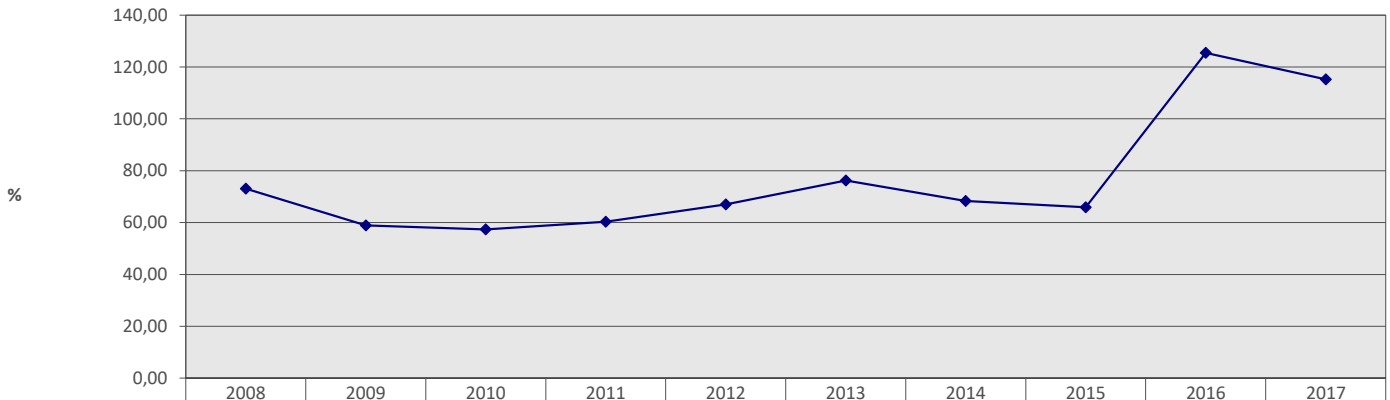
Gráfico nº 34 - (Passivo / Ativo Líquido)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Com passivo integral	31,36	33,55	34,30	35,70	37,48	38,04	38,50	36,25	35,95	35,31
Com correção do passivo (excluindo os proveitos diferidos)	16,54	18,38	18,30	17,85	17,24	17,32	16,71	15,23	14,41	13,96

Anos

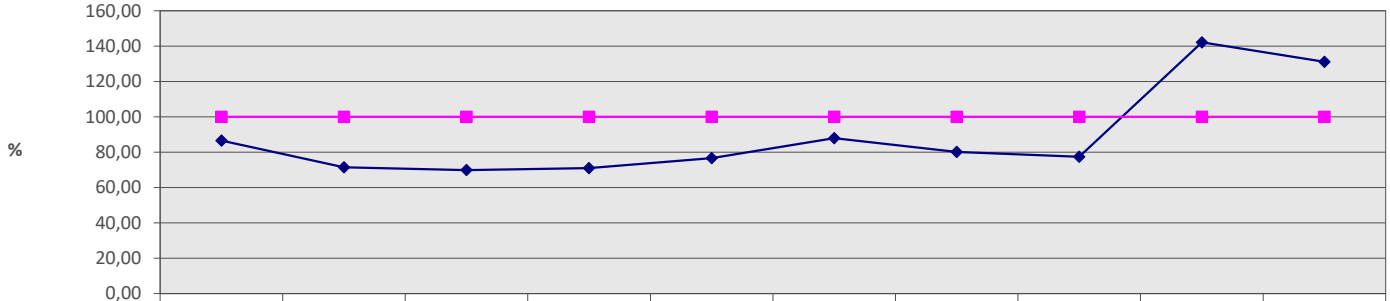
Gráfico nº 35 - (Dividas de Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	73,06	58,86	57,35	60,31	66,97	76,26	68,35	65,9	125,45	115,2

Anos

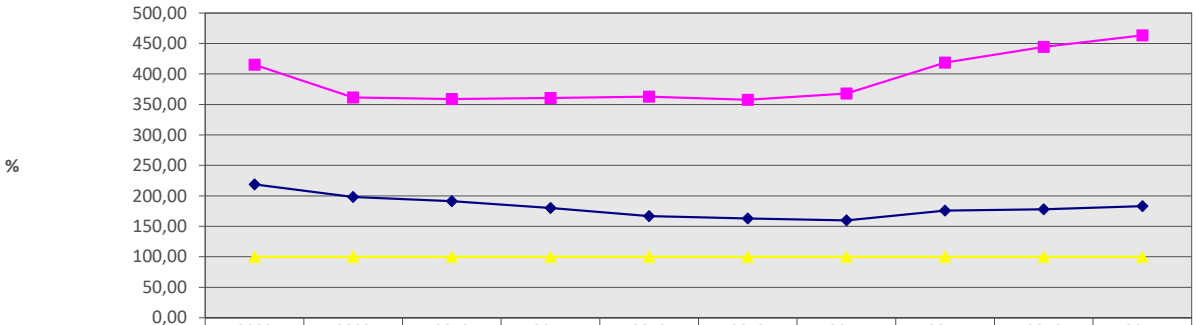
Gráfico nº 36 - Grau de Liquidez Geral = Ativo Circulante (Existências + Dívidas de Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	86,47	71,49	69,84	71,00	76,61	87,98	80,19	77,41	142,14	131,13
Referência	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Anos

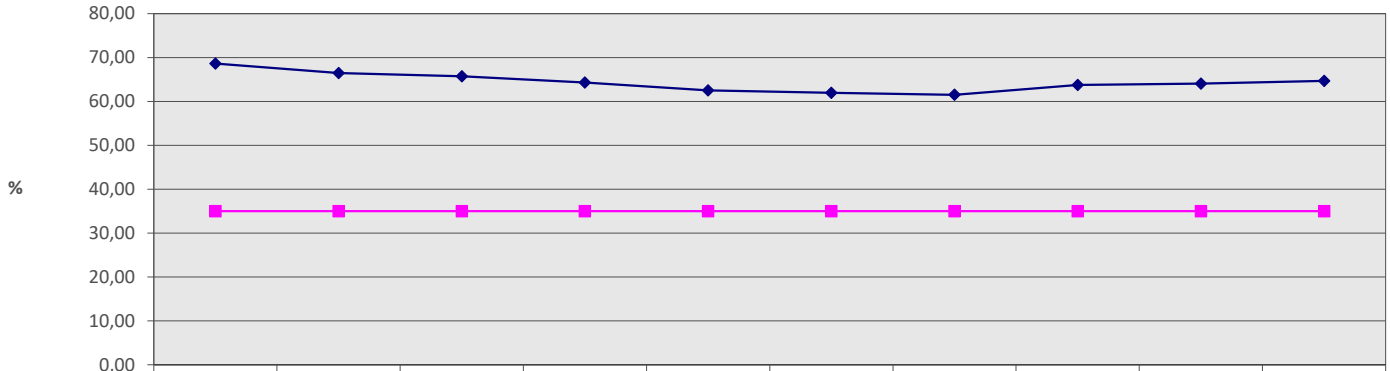
Gráfico nº 37 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Com passivo integral	218,86	198,04	191,52	180,09	166,84	162,86	159,75	175,89	178,17	183,2
Com correção do passivo (excluindo os proveitos diferidos)	415,07	361,58	358,97	360,70	362,70	357,72	367,99	418,59	444,57	463,43
Referência	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Anos

Gráfico nº 38 - Autonomia Financeira = (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Região Alentejo	68,63	66,45	65,70	64,30	62,52	61,96	61,50	63,75	64,05	64,69
Referência	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00

Anos

Parte II - Resenha Conclusiva

À guisa de conclusão, tendo em consideração a agregação regional (47 municípios) das variáveis financeiras em estudo, para o exercício de 2017, tendo como referência o ano anterior de 2016, é possível descrever os seguintes factos:

- A capacidade de cobrança (1) em 2017 piorou em relação a 2016, passando de uma taxa de 90,10 % para 79,81 %;
- Registou-se um aumento de cobrança dos impostos diretos em 13,84 % em relação a 2016;
- Apresenta-se uma descida da venda de bens e serviços da ordem dos -2,56 %;
- Após um ciclo de descidas consecutivas dos recebimentos dos fundos comunitários (de capital), desde 2011, em 2017 é apresentado um ligeiro crescimento, da ordem dos 7,94 %;
- O ano de 2017 apresenta uma fortíssima quebra no acesso ao crédito, do período ente 2008 e 2017, passando do montante arrecadado de 54,2 milhões de euros em 2016 para 19,0 milhões no ano seguinte;
- No exercício de 2017 registou-se um aumento de 2,44 % do total de compromissos com:
  - Uma diminuição de 9,99 % nos compromissos por pagar no ano anterior;
  - Um crescimento de 4,42 % nos compromissos do exercício;
  - Um significativo aumento de 10,31 % dos compromissos para exercícios futuros, atingindo, neste ano, o montante de 379,2 milhões de euros;
- No que se refere à capacidade para pagar (2) 2017 teve o melhor resultado desde 2011, com uma taxa de 87,76 %;
- De 2016 para 2017 registou-se um aumento de 2,66 % no total da despesa, enquanto o global da despesa com pessoal cresceu 3,43 %;
- Registou-se uma diminuição do serviço da dívida creditícia (juros+amortizações), observando-se uma diminuição dos juros de 27,39 % e nas amortizações uma quebra de 27,66 %;
- Foi registado um acréscimo notório na aquisição de bens de capital entre 2016/2017 calculado em 51,09 %, mostrando-se uma recuperação do investimento desde 2013;
- O exercício de 2017 apresenta uma ligeira quebra na poupança orçamental, com um decréscimo de 4,84 % em relação ao ano anterior;
- Melhoria apresentada no exercício de 2017, no que toca ao endividamento líquido (do balanço) (3), passando dos 217,0 milhões de euros em 2016 para 207,8 milhões de euros em 2017;
- No que se refere ao fator gerador de dívida (4), o ano de 2017 apresenta o reforço do desequilíbrio positivo, mantido desde 2012, atingindo o significativo montante de 165,4 milhões de euros;
- A liquidez geral (5) apresenta em 2017 uma quebra de posição, continuando a manter-se no setor positivo, contudo, passando de 25,4 milhões de euros em 2016 para 14,7 milhões de euros;
- Continuou-se a agravar os resultados da demonstração de resultados, passando os resultados operacionais de -43,0 milhões de euros em 2016 para -53,1 milhões de euros em 2017, tal como o resultado líquido do exercício que passou de -6,6 milhões de euros para -14,2 milhões de euros;
- No que toca a alguns indicadores de gestão, podem-se emitir as seguintes observações:
  - O grau de cobertura da receita própria (6) sobre a despesa total continuou a registar uma melhoria, passando de 31,11 % em 2016 para 32,61 % em 2017;
  - No que se refere ao endividamento de curto prazo (7), este indicador apresentou uma quebra, embora continuando o seu grau de cobertura no setor positivo, ou seja, dos 125,45 % em 2016 para 115,20 % em 2017;

- O rácio de solvabilidade (Fundos próprios / Passivo) continuou a ter um crescimento positivo, embora com menor dinâmica, passando o valor de 178,17 % em 2016 para os 183,20 % em 2017, tendo em consideração que o valor de referência é 100,00 %. Estes valores derivam da aplicação do Passivo integral, contudo, se expurgarmos do passivo os proveitos diferidos, o rácio, em 2017, sobe para os 463,43 %;
- No que toca ao indicador da autonomia financeira (Fundos próprios / Ativo líquido total), o mesmo regista uma ligeira melhoria, passando de 64,05 % em 2016 para 64,69 % em 2017, tendo em consideração que o valor de referência é 35,00 %.

1. Receita cobrada líquida sobre o somatório da receita liquidada e receita por cobrar no início do ano
2. Despesa paga sobre o total dos compromissos para o exercício
3. Dívidas a terceiros (curto, médio e longo prazos) – (dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos) + títulos negociáveis + depósitos em bancos e caixa)
4. Receita liquidada total (sem saldo de operações orçamentais) + saldo inicial de operações orçamentais – despesa com os compromissos assumidos no exercício
5. Liquidez geral = (depósitos em instituições financeiras e caixa + títulos negociáveis + dívidas a receber de curto prazo) – dívidas a pagar de curto prazo
6. Receita própria = Impostos diretos + indiretos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos da propriedade + venda de bens e serviços + outras receitas correntes e de capital + venda bens de investimento + ativos financeiros
7. (Dívidas a receber de curto prazo + caixa e bancos) / Dívidas a pagar de curto prazo

Évora, Dezembro de 2018

ANEXO I

Quadro nº 26 - Estrutura das Receitas Orçamentais

Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos Diretos	09 - Venda de Bens de Investimento	15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos
02 - Impostos Indiretos	10 - Transferências de Capital	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 - Ativos Financeiros	
05 - Rendimentos da Propriedade	12 - Passivos Financeiros	
06 - Transferências Correntes	13 - Outras Receitas de Capital	
07 - Venda de Bens e Serviços		
08 - Outras Receitas Correntes		
Total da Receita Corrente	Total da Receita de Capital	Total Outras Receitas
Total das Receitas		

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais

Quadro nº 27 - Estrutura das Despesas Orçamentais

Despesas Correntes	Receitas de Capital
01 - Despesa com o Pessoal	07 - Aquisição de Bens de Capital
02 - Aquisição de Bens e Serviços	08 - Transferências de Capital
03 - Juros e Outros Encargos	09 - Ativos Financeiros
04 - Transferências Correntes	10 - Passivos Financeiros
05 - Subsídios	11 - Outras Despesas de Capital
06 - Outras despesas Correntes	
Total da Despesa Corrente	Total da Receita de Capital
Total das Despesas	

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais